

# Sumário

Número de notícias: 41 | Número de veículos: 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado deixa arma fora do "imposto do pecado" ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ainda não acabou - BRASÍLIA - DF ..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tudo vai direto ao plenário ..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Investimento para a transição energética ..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pauta prioriza polêmicas (Editorial) ..... 10

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Farinhas, massas e fórmulas especiais terão tributo zero ..... 11

O ESTADO DE S. PAULO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alinhamento do Congresso com agenda econômica do governo Lula despenca - COLUNA DO  
ESTADÃO ..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

A pancada do Banco Central (Editorial) ..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
SERVIDOR PÚBLICO

Gasto público: despesa ou investimento? (Artigo) ..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado muda texto, que volta à Câmara ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma é aprovada depois de concessões feitas pelo relator ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Limite para uso de crédito tributário deve sair do pacote ..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo fecha acordo sobre transição para aposentadoria de militar ..... 22

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Selic não para o clima - FLÁVIA OLIVEIRA ..... 23

O GLOBO - RJ - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pivô de crise sobre emendas, Dino critica 'democracia do piti' .....	25
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacote fiscal vai mudar para garantir redução da dívida pública .....	26
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Salário mínimo: governo não descarta editar uma MP .....	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar volta a R\$ 6, apesar de alta da Selic e leilões .....	28
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
STF tem maioria contra taxar herança de PGBL e VGBL .....	30
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Recibo de gasto com saúde terá que ser digital a partir de 2025 .....	31
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Austrália quer obrigar big techs a pagar imprensa por conteúdo .....	32
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Um a cada cinco celulares vendidos é irregular .....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Nova lei que cria mercado regulado de carbono no país deixa agropecuária de fora .....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
BC ajuda, mas fiscal ditará visão sobre real e Brasil, diz BNP Paribas .....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Varejo surpreende em outubro e ruma para melhor ano desde 2013 .....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Junta de orçamento faz 'rapa' para melhorar fiscal, afirma Tebet .....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Despesas primárias aceleram mais em Estados e municípios .....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Estudo mapeia mais três riscos para contas públicas .....	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Estudo aponta ganhos em serviços e indústria em acordo com UE .....	46
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Para especialistas, mudanças não são substanciais .....	48

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Pacote fiscal enfrenta resistências e será alterado pela Câmara..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

China se move para proteger sua economia de Trump..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Estresse no mercado se intensifica após Copom..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Decisão do BC é bem-vista, mas insuficiente..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE  
SEGURIDADE SOCIAL

Mesmo com maré cheia, situação fiscal preocupa - PALAVRA DO GESTOR..... 57

VALOR ECONÔMICO - SP - EU  
SERVIDOR PÚBLICO

A agenda que não se pode adiar em 2025 - RES PUBLICA..... 59

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária promete simplificação de impostos, mas mudanças vão na contramão,  
dizem especialistas  
..... 61

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: entenda a diferença entre os textos aprovados no Senado e na Câmara  
..... 62

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Conversa no cafezinho: negociações de última hora em lanchonete do Senado definiram votos  
da Reforma Tributária  
..... 64

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Armas fora do imposto do pecado..... 65

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto teve mais de duas mil emendas..... 67

# Senado deixa arma fora do "imposto do pecado"

Aprovado pelos senadores, o projeto de lei que regulamenta a **Reforma Tributária** segue agora para a Câmara dos Deputados. A proposta mais polêmica foi incluída no texto: armamento e munição não terão tributação mais alta.

página 3

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6741/13-12-2024.html?all=1>

# Ainda não acabou - BRASÍLIA - DF

**DENISE ROTHENBURG**

O Congresso pode até concluir a votação da **reforma tributária** este ano, mas os setores que se consideram injustiçados não vão se dar por derrotados. Preocupados com a carga tributária excessiva que sairá da proposta votada no Senado, representantes de diversas áreas prometem voltar à arena de discussões no ano que vem, quando estará em debate a definição das alíquotas em lei ordinária.

Pode isso, Arnaldo?

Técnicos do Senado que fizeram as contas consideram que a exclusão das armas do imposto seletivo deixará esse produto com uma alíquota menor do que a cobrada das floriculturas.

Trabalhos de Leila

O trabalho para a manutenção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) está a pleno vapor.

Com a tendência do relator Isnaldo Bulhões (MDB-AL) em apoiar o projeto que veio do governo, a senadora Leila Barros (PDT-DF) vai se reunir com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações institucionais) a fim de tentar reverter na fonte.

O jeito é dialogar

A senadora está estudando os dados para saber exatamente qual será o impacto do corte do FCDF nos serviços locais e quanto isso custa para o Governo. "Internamente com o governo, tenho feito meu papel. De mostrar minha insatisfação e preocupação, e conversar o tempo todo com eles", disse.

O fim de semana será intenso, uma vez que Isnaldo apresentará seu parecer na próxima semana.

\*\*

Pesquisa deixa Tarcísio mais focado em São Paulo

A um ano e meio da definição dos candidatos à Presidência da República em 2026, a pesquisa Quaest desta semana serve apenas para orientar os personagens da história que ainda virá. E nesse sentido, Tarcísio Gomes de Freitas pisa no freio em relação a especulações de que seria o principal nome

para substituir o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O governador de São Paulo só entrará numa eleição presidencial se Luiz Inácio Lula da Silva ou um representante do PT estiver com ares de derrotado logo na largada. A preços de hoje, não é o caso, uma vez que o levantamento da Quaest apontou o presidente da República ou seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como favoritos para a corrida de 2026.

» » »

Tarcísio vai se dedicar à pré-campanha para permanecer mais quatro anos como governador. Tem essa perspectiva, ao contrário de outros governadores pré-candidatos, como Ratinho Júnior, do Paraná, Ronaldo Caiado, de Goiás, e Romeu Zema, de Minas Gerais.

\*\*

CURTIDAS

A visão deles/ Numa roda de senadores, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) não titubeou ao mencionar o discurso do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, na 6ª edição do STF em Ação, do Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (Ieja): "Era o que faltava. O ministro agora quer decidir sobre o que se pode dar piti e o que não pode. A que ponto chegamos", disse.

Se você não viu.../ No Ieja, referindo-se à questão das emendas, Dino afirmou em tom de crítica que um Poder não pode ficar "dando escândalo" quando outro decide. "Tinha visto democracia social, democracia liberal, mas "democracia do piti", nunca".

Grito de comemoração/ Os técnicos do Ministério da Fazenda - entre eles o secretário especial da **reforma tributária**, Bernard Appy - foram os que mais comemoraram a aprovação do projeto. Dentro do plenário do Senado, muitos deles aplaudiram e se abraçaram, comemorando o dever cumprido depois de meses trabalhando no texto.

Por falar em comemorações.../ Quem achou que a emenda que colocaria armas e munição no "imposto do pecado" tinha sido acatada foi o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP). Até comemorou, mas então viu que, mesmo a maioria votando pela inclusão, os votos não foram suficientes. Por isso, a emenda foi rejeitada, mantendo os itens de fora. "Me enganei. Esqueci que

precisava de 41 votos. É por causa da fome", comentou, rindo.

Espírito natalino/ O ex-senador Eduardo Suplicy (foto) participou de surpresa de um concerto que reuniu os corais da Câmara, do Itamaraty e da Controladoria-Geral da União (CGU). Ele estava pelo Itamaraty e pediu ao grupo que o acompanhasse cantando "Blowin' In The Wind", de Bob Dylan.

Deputado estadual por São Paulo, Suplicy sempre que pode canta. Sua performance emocionou integrantes do coral e o público.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6741/13-12-2024.html?all=1>**

# Tudo vai direto ao plenário

## ISRAEL MEDEIROS

Depois de ter marcado sessões no Plenário da Câmara de segunda a sexta-feira, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), proibiu a realização de qualquer reunião de comissão. O objetivo é concentrar a presença dos deputados apenas no plenário até 20 de dezembro, último dia do trabalho do Legislativo este ano.

Os deputados precisam aprovar o pacote de corte de gastos (três textos estão na Casa) e o texto da **reforma tributária**, que passou pelo Senado.

Além disso, os parlamentares precisam, juntamente com os senadores, aprovar os instrumentos do Orçamento de 2025: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que ficaram para a próxima semana.

"O presidente da Câmara dos Deputados resolve determinar que o período de 12 a 20 de dezembro de 2024 será destinado exclusivamente à discussão e à votação de matérias no Plenário", frisa a decisão assinada por Lira.

Nesta semana, o presidente da Câmara voltou a afirmar que o governo não tem votos para aprovar o pacote de corte de gastos proposto pela equipe econômica.

A aprovação da urgência, na semana passada, foi apertada, e tanto Lira quanto os demais parlamentares seguem insatisfeitos com a velocidade da liberação das emendas - apesar do decreto baixado pelo governo destinando mais de R\$ 6 bilhões para as iniciativas dos parlamentares.

Indagado a respeito da velocidade da liberação dos recursos, e se isso está emperrando as conversas, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PTCE), esquivou-se. "Fale com a SRI [Secretaria de Relações Institucionais, comandada por Alexandre Padilha]", respondeu. A liberação de recursos ainda enfrenta impasses sobre as regras de transparência.

## Corte de gastos

Enquanto não há acordo para votar os textos do pacote de corte de gastos, os relatores dos projetos negociam as demandas das bancadas com o governo.

O deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), relator do PL

4.614/24 - que contém algumas das principais medidas do pacote -, se reuniu ontem com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Conforme salientou, os pontos de maior resistência dos deputados são as mudanças nas regras do salário mínimo, do Fundo Constitucional do Distrito Federal e o endurecimento das normas para a concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O desafio, segundo o relator, é atender às demandas das bancadas sem prejudicar o corte de gastos. "O salário mínimo tem se consolidado (como maior preocupação dos deputados). O FCDF tem demandado um debate mais profundo, assim como alguns pontos no BPC. A gente não pode, de forma alguma, flexibilizar o projeto, a ponto de não ter feito mudanças. Também tem que atender às bancadas naquilo que acham de grande importância", afirmou Isnaldo.

"Acho que estamos prontos para dar os próximos passos, seguir avançando e concluir, nesse curto espaço de tempo, a votação neste ano", acrescentou Durigan.

## Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6741/13-12-2024.html?all=1>

# Investimento para a transição energética

**FERNANDA STRICKLAND E RAFAELA GONÇALVES**

vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, anunciou um robusto pacote de investimentos de R\$ 468,38 bilhões para a Missão 5 do programa Nova Indústria Brasil (NIB). A declaração foi feita ontem, durante a 4ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o "Conselhão".

Os investimentos anunciados têm como foco a bioeconomia, a descarbonização e a transição e segurança energéticas, pilares centrais da Missão 5 do NIB. Do montante total, R\$ 88,3 bilhões serão provenientes de recursos públicos, destinados a linhas de crédito para projetos que abrangem inovação, exportação e aumento de produtividade.

Segundo Alckmin, R\$ 74,1 bilhões foram contratados entre 2023 e 2024, enquanto os R\$ 14,2 bilhões restantes serão liberados para os próximos dois anos. Além disso, o setor privado comprometeu-se a aportar R\$ 380,1 bilhões em investimentos até 2029.

Durante o evento, Alckmin também destacou as vantagens competitivas do Brasil no campo da energia renovável, com foco especial no etanol. "Qual país do mundo tem 27% de etanol na gasolina? Ninguém tem. Nós podemos subir para 30% de etanol na gasolina e depois ampliar ainda mais. E 85% da nossa frota é flex, pode ser gasolina ou etanol", afirmou, reforçando o papel do Brasil como líder global em descarbonização.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, destacou durante o Conselhão, as ações do grupo de trabalho criado para enfrentar os desafios dos juros altos e do spread bancário no Brasil. A iniciativa, que envolve representantes do governo, setor bancário, trabalhadores e indústria, elaborou 40 propostas concretas com o objetivo de tornar o crédito mais acessível para empresas e consumidores.

"A questão crucial não é se temos juros altos, mas por que chegamos a esse nível e o que precisamos fazer para que os patamares dos spreads e dos juros possam efetivamente baixar", afirmou Sidney.

O presidente da Febraban enfatizou que o setor bancário não tem interesse em manter juros altos. "Juros altos significam risco de inadimplência, maior

comprometimento de renda, e nosso desejo é termos um ambiente de crédito saudável para famílias e empresas. Estamos esperançosos que essas entregas possam trazer resultados concretos", disse Sidney.

Jabutí no Congresso

Enquanto o Executivo discutia perspectivas econômicas no Conselhão, o Legislativo tratou de aprovar matérias relativas à transição energética. Seguiu para sanção presidencial o marco legal das eólicas offshore (PL 576/2021), que trata da instalação de equipamentos para energia eólica em alto mar.

A proposta foi aprovada ontem pelo plenário do Senado.

Originalmente, o projeto regulava apenas a exploração da fonte renovável. No entanto, o substitutivo aprovado pelos deputados - e confirmado pelos senadores - ampliou o alcance da proposição para beneficiar as termelétricas a carvão até 2050.

O lobby do setor de gás natural e carvão mineral emplacou um jabuti no texto, que propõe o aumento de subsídios, uma conta que deve sobrar para o consumidor. Os jabutis são trechos que pegam carona no projeto original, sem relação direta com a pauta, com o objetivo de serem aprovados sem alarde.

As térmicas a carvão com contratos que vencem até 2028 terão seus contratos renovados até 2050. A proposição também prevê a contratação de usinas termelétricas a gás natural por mais tempo ao longo do ano, e não apenas quando há risco de insegurança elétrica.

O líder do governo no Senado, Randolfe Rodrigues (PT-AP), que orientou contra o dispositivo, já sinalizou a intenção do Executivo de vetar o trecho, que vai em sentido oposto à transição energética.

"Em um projeto que trata de energia eólica, foram incluídos jabutis para tratar de uma indústria termelétrica. É um paradoxo e uma contradição em si", disse.

Segundo a Frente Nacional dos Consumidores de Energia, o arranjo de medidas causará um aumento de 7,5% no custo da energia no Brasil. "Não é aceitável aprovarmos uma matéria que representará primeiramente, para os brasileiros, um reajuste na tarifa de energia elétrica, que já tem sido o principal

vilão da **inflação** ao longo deste ano", argumentou  
Randolfe.

Nos bastidores, senadores afirmam que se Lula vetar o trecho, o Congresso derrubará a decisão presidencial. O senador Rogério Marinho (PL-RN), defendeu a manutenção dos subsídios para a segurança do sistema energético do país. "A matriz alternativa precisa ter segurança, e a segurança só vai se dar se fizermos mais térmicas a gás, se preservarmos a térmicas a carvão num período em que possa haver uma transição energética responsável", afirmou.

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6741/13-12-2024.html?all=1>**

# Pauta prioriza polêmicas (Editorial)

Na reta final do seu mandato como presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira estendeu o tapete vermelho para pautas polêmicas.

Entre quarta e quinta desta semana, os parlamentares aprovaram em plenário propostas que flexibilizam o acesso às armas no Brasil e permitem a castração química de pessoas condenadas por pedofilia em trânsito em julgado - sem possibilidade de recurso.

Os acenos de Lira aos parlamentares conservadores acontecem em um contexto de pressão do Legislativo contra o governo federal. Com o Orçamento de 2025 travado há cerca de uma semana para o fim do ano útil e diante dos impasses sobre o pacote de corte de gastos e a **Reforma Tributária**, fechou-se os olhos para a ordem do dia e investiu-se na pressão para obter a liberação de R\$ 10 bilhões em emendas.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a principal da Câmara, a bancada da bala articulou e conseguiu a aprovação de duas outras propostas com viés conservador - essas ainda precisam passar pelo plenário. O primeiro texto permite que produtores rurais acionem a polícia para retirar invasores de suas terras. Hoje, é necessária uma decisão judicial. O segundo determina a recontagem de votos no sistema eleitoral brasileiro a partir da adoção do voto impresso.

Chama a atenção o fato de os dois textos passarem na CCJ quando, na análise de juristas, são claramente inconstitucionais.

Na prática, as matérias dificilmente chegarão ao papel timbrado. Funcionam, de fato, para a chamada "lacrração". É munição para gerar conteúdo em rede social e engajar os seguidores. Em termos de política pública, até por suas inconstitucionalidades, as propostas pouco têm efeito sobre o cotidiano do cidadão, ao contrário da atrasadíssima pauta econômica barganhada a cada minuto da reta final do ano legislativo.

Aprovados em plenário, a proposta que flexibiliza o acesso às armas e o projeto que permite a castração química de pedófilos ganham outro caráter em termos de relevância. Por já estarem nas mãos do Senado Federal, esses textos têm chance de chegar à mesa do presidente Lula. A sanção ou não, porém, é incerta.

No caso das armas, a ideia dos deputados federais é permitir o registro de itens hoje considerados ilegais, seja por registro vencido, seja por nunca emitido.

Trata-se de mais uma suavização do Estatuto do Desarmamento, em vigor desde 2003 e que passou por retrocessos nos últimos anos. O proprietário desses objetos, pelo projeto aprovado, terá um ano para regularizar a situação.

Vale observar que a bancada da federação PT-PCdoB-PV liberou os deputados para votarem como bem quisessem sobre o PL que flexibiliza o acesso às armas. O governo, por sua vez, deu parecer favorável à proposta.

Pouco adianta o Planalto se portar como desarmamentista quando, na prática, não se coloca no caminho de textos tão criticados por especialistas em segurança pública.

Quanto à castração química de esturpadores, o texto prevê que o procedimento se dará a partir do consumo de comprimidos que inibem a libido. Se a proposta tem validade ou não cabe à análise de especialistas, mas é certo que não há o mesmo empenho dos congressistas brasileiros para combater a violência sexual contra crianças e mulheres quando a política proposta tem menor potencial de espetacularização.

Inevitavelmente, ao articular por mais poder no orçamento público por meio das emendas, o Congresso tem um desgaste da sua imagem perante a opinião pública. Votar textos da chamada "pauta de costumes" gera conteúdo para os perfis do Instagram ao mesmo tempo que retira o toma lá, dá cá dos holofotes. Afinal, qual deveria ser a prioridade em prol do interesse público?

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6741/13-12-2024.html?all=1>

# Farinhas, massas e fórmulas especiais terão tributo zero

Foram incluídas na lista de alimentos da cesta básica da **reforma tributária** que ficarão isentos do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) as farinhas e massas com baixo teor de proteínas, usadas como alimentos para pessoas com erros inatos de metabolismo (EIM).

Também terão o tributo zerado as fórmulas dietoterápicas, usadas para tratar e prevenir doenças relacionadas aos EIM.

Farinhas e massas usadas contra as acidemias e defeitos do ciclo da uréia, que são doenças metabólicas e hereditárias, também serão isentas de imposto sobre consumo.

Eduardo Braga (MDB-AM), acolheu uma emenda da senadora Mara Gabrielli (PSD-SP), que solicitou a inclusão desses alimentos especiais na tabela da cesta básica isenta de **impostos** sobre bens. Segundo a parlamentar, esse tipo de alimento é mais caro que os demais.

"O acesso aos alimentos especiais hipoproteicos e às fórmulas metabólicas são essenciais para a melhoria da inclusão, prevenção de deficiências motora e intelectual e do desfecho clínico-nutricional destas pessoas. Assim, as fórmulas metabólicas e os alimentos hipoproteicos foram desenvolvidos para fornecer uma nutrição adequada para o crescimento e manutenção da saúde", justificou a parlamentar.

Carnes e queijos Com esses, são 26 tipos de alimentos com alíquota zero, incluindo carnes, queijos, feijões, farinha de mandioca, arroz, entre outros.

**Site:**

**<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18363>**

# Alinhamento do Congresso com agenda econômica do governo Lula despenca - COLUNA DO ESTADÃO

**ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU**

Má notícia para o governo Lula: no momento em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, corre para aprovar um pacote de gastos, o alinhamento dos parlamentares com a agenda econômica despenca 16 pontos percentuais na comparação com o cenário em julho. É o que mostra pesquisa coordenada pelo cientista político Leonardo Barreto, da consultoria Think Policy, e obtida com exclusividade pela Coluna.

Os efeitos da queda já são sentidos na Câmara. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP), disse que há medidas impopulares no plano de Haddad e que o governo não tem votos para aprová-lo hoje. Outro exemplo: a urgência para tramitação de um dos projetos do pacote fiscal foi aprovada com apenas três votos a mais que o necessário

**I NÚMEROS.** Dos entrevistados, 36,9% discordam totalmente da agenda econômica e 22,3%, parcialmente.

Outros 20,4% concordam totalmente, e 19,4% parcialmente.

1% não respondeu.

**I DESCRENÇA.** Ainda segundo o levantamento, 62% dos parlamentares não acreditam que o governo cumprirá as regras fiscais.

**I UNIVERSO.** A pesquisa ouviu de forma presencial 88 deputados e 15 senadores. A amostra foi dividida assim: 1/3 de governistas, 1/3 de opositores e 1/3 de independentes.

**I APOIO.** A agenda econômica foi foco da última reunião do Conselho deste ano, ontem, marcada pela ausência de Lula que segue internado em SP. Por óbvio, cada um dos conselheiros que chegava buscava se informar sobre sua situação de saúde, desejando, também, por meio dos interlocutores, pronta recuperação.

**I LINHA DIRETA.** O presidente dos conselhos do Bradesco e da Febraban, Luiz Carlos Trabuco Cappi,

mandou mensagem a Lula diretamente por telefone. "Todos contamos com o sr. para seguir liderando os passos do Brasil no caminho do crescimento e da prosperidade. Muito sucesso das próximas etapas para a alta na próxima semana!", afirmou.

**I RESPOSTA.** O Ministério da Saúde admitiu, em nota à Coluna, atrasos na distribuição de fumarato de dimetila, usado por pacientes de esclerose múltipla, após reclamação da Frente Nacional de Prefeitos. Um pregão fracassou em julho e houve novo processo em novembro. A pasta diz que adotou medidas emergenciais e "a quase totalidade dos estados está abastecida." **I E MAIS.** A pasta garante que, apesar do problema mundial de oferta de insulina, concluiu negociação com o maior produtor mundial e não haverá desabastecimento.

**I DEFESA.** A festa de fim de ano do União Brasil na noite de quarta-feira, 11, virou um ato a favor da candidatura do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, ao Palácio do Planalto em 2026. O encontro do partido, em Brasília, ocorreu horas após uma juíza condená-lo a oito anos de inelegibilidade por suposto abuso de poder político no Estado.

**I IMPULSO.** Um influente parlamentar da sigla fez até uma brincadeira ao comparar a decisão judicial contra Caiado à facada que, em sua avaliação, catapultou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na eleição de 2018.

**PRONTO, FALE!!**

Álvaro Frasson Estrategista macro BTG Pactual "A Selic terminal pode ser maior, mas taxa final de 2025 ainda é incerta. Até lá, a redução deste custo depende de uma condução fiscal menos ruidosa."

**CLICK** Eduardo Braga Senador (MDB-AM) Comemorou a aprovação da regulamentação da **reforma tributária**, após um semestre trabalhando na articulação, desde antes de ser designado relator.

**Site:** [https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/?\\_gl=1\\*137wtit\\*\\_gcl\\_au\\*Nzc3MDA1NjYxLjE3MzM5ODY3ODE.\\*\\_ga\\*ODY4MzU3MjEzLjE3MjE5ODgyODk.\\*\\_ga\\_H1D7PSZ1DW\\*MTczNDA3MzA2Ny44LjAuMTczNDA3Mz](https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/?_gl=1*137wtit*_gcl_au*Nzc3MDA1NjYxLjE3MzM5ODY3ODE.*_ga*ODY4MzU3MjEzLjE3MjE5ODgyODk.*_ga_H1D7PSZ1DW*MTczNDA3MzA2Ny44LjAuMTczNDA3Mz)

**A2Ny42MC4wLjE1MzczMjYyMjM.**

# A pancada do Banco Central (Editorial)

Solitário na tarefa de conter a **inflação** e segurar as expectativas, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu aumentar a taxa básica de juros em 1 ponto percentual, para 12,25% ao ano. Mais do que isso, explicitou que fará mais duas elevações de mesma magnitude, que levarão a Selic a 14,25% ao ano em março.

Além de elevado, é um marco simbólico, por dois motivos. Primeiro, é o mesmo nível dos juros do início do segundo mandato de Dilma Rousseff, que antecedeu à grande recessão legada pela presidente petista. E é um patamar que superou a máxima observada durante o governo Jair Bolsonaro, de 13,75%, alcançada nos últimos meses de sua gestão.

Juros altos, como se vê, são apartidários.

Não são exclusividade de governos de direita ou de esquerda, tampouco um fenômeno aleatório da natureza. São apenas a face mais visível de administrações que menosprezam a importância da responsabilidade fiscal e sua relação direta com a **inflação** para priorizar medidas populistas que facilitem sua permanência no poder.

Por óbvio, o BC não teria como desconsiderar a péssima repercussão do ajuste fiscal anunciado pelo governo no fim do mês passado. As medidas, além de insuficientes para conter a trajetória da dívida pública, ainda foram eclipsadas pela ideia de isentar do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

Depois disso, o dólar rompeu a barreira dos R\$ 6 e os juros futuros superaram 14% ao ano.

O tom do **comunicado** do Copom foi realista ao reconhecer o quanto as expectativas dos agentes econômicos sobre o cenário fiscal têm afetado, e de forma relevante, os preços dos ativos, especialmente o prêmio de risco e a taxa de câmbio - o que, por consequência, impacta a condução da política monetária.

O mercado já contava com um aumento nos juros, mas a maioria dos analistas esperava uma alta de 0,75 ponto percentual. Essa era a aposta de 26 das 38 instituições consultadas, segundo pesquisa realizada pelo Projeções Broadcast, enquanto 11 delas projetavam a elevação de 1 ponto. Apenas uma das instituições consultadas apostava numa elevação mais tímida, de meio ponto.

Mais do que a decisão em si mesma, o que surpreendeu foi a sinalização de que a mesma pancada virá nas próximas duas reuniões do Copom, a serem realizadas em janeiro e março. O BC abandonou essa prática em maio, quando a diretoria se dividiu, por cinco a quatro, entre aqueles que preferiam uma redução de 0,50 ponto e os que votaram em uma queda de 0,25 ponto.

Desta vez, todos os diretores parecem ter concordado sobre a orientação futura a ser adotada na condução da política monetária, uma sinalização importante às vésperas de Roberto Campos Neto deixar o BC. Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Lula da Silva, iniciará seu mandato como presidente da instituição com decisões amarradas nas próximas duas reuniões, o que ajuda a vencer eventuais desconfiças sobre suas intenções no cargo.

Com maioria de nomes indicados por Lula da Silva no Copom a partir do ano que vem, o governo e o PT terão de achar outro bode expiatório a quem culpar. Nada, no curto prazo, indica que o cenário com que o Banco Central trabalha deva melhorar.

No **comunicado**, o BC reiterou que os indicadores sobre a atividade econômica e o mercado de trabalho continuam a apresentar dinamismo e destacou que o resultado do **PIB** do terceiro trimestre reforçou essa tese. Tanto a **inflação** quanto seus núcleos seguem acima da meta e as expectativas mantêm trajetória de alta para este e os próximos dois anos.

O câmbio não ajudará na tarefa de perseguir a meta de **inflação**. Além da pancada nos juros, o Copom aproveitou o ensejo para anunciar leilões cambiais e injetou US\$ 4 bilhões no mercado. Como resultado, a moeda norte-americana recuou e abriu a sessão perto de R\$ 5,90 na quinta-feira, mas voltou a fechar em R\$ 6,00 ao fim do dia.

Em suma, os riscos que marcavam o cenário doméstico se materializaram, fazendo com que as incertezas se transformassem em adversidades que já não podem mais ser ignoradas. O BC fez sua parte para tentar conter as expectativas e não parece disposto a abdicar nem de sua autonomia nem de sua missão. Falta o governo fazer a parte dele.

Site: [https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/?\\_gl=1\\*137wtit\\*\\_gcl\\_au\\*Nzc3MDA1NjYxLjE3MzM5ODY3ODE.\\*\\_ga\\*ODY4MzU3MjEzLjE3MjE5ODgyODk.\\*\\_ga\\_H1D7PSZ1DW\\*MTczNDA3MzA2Ny44LjAuMTczNDA3Mz](https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/?_gl=1*137wtit*_gcl_au*Nzc3MDA1NjYxLjE3MzM5ODY3ODE.*_ga*ODY4MzU3MjEzLjE3MjE5ODgyODk.*_ga_H1D7PSZ1DW*MTczNDA3MzA2Ny44LjAuMTczNDA3Mz)

**A2Ny42MC4wLjE1MzczMjYyMjM.**

# Gasto público: despesa ou investimento? (Artigo)

**Fernando Dal-Ri Murcia**

No âmbito das recentes discussões envolvendo a revisão dos gastos públicos com o objetivo de equilibrar o resultado fiscal do Brasil, os conceitos de despesa e investimento ainda causam confusão entre políticos e a população como um todo.

De maneira geral, os gastos representam um sacrifício financeiro (desembolso de recursos) por parte do governo, os quais podem ser divididos de forma simplificada em duas grandes espécies: despesa e investimento.

O fator discriminante é justamente o prazo, o período no qual o gasto irá gerar benefícios econômicos futuros para o Estado ou, mais precisamente, para a população.

A despesa, que também engloba o conceito de custo - que se refere ao gasto diretamente relacionado ao processo produtivo e/ou ao processo de venda de mercadoria ou prestação de serviços -, é um recurso que é consumido de forma imediata.

Exemplos clássicos são as despesas de salário dos funcionários públicos e os benefícios sociais.

Note-se que os benefícios gerados são correntes, isto é, os recursos são consumidos de forma imediata. No jargão contábil das empresas privadas, tais gastos são chamados de despesas operacionais ou Opex (operating expenses).

Os investimentos, por sua vez, geram benefícios por período maiores - em geral por vários anos. Por esse motivo, são denominados contabilmente de ativos. Ao longo do tempo, com raras exceções, os investimentos também se tornarão despesas através do processo de depreciação, amortização ou exaustão. Essas despesas refletem justamente o consumo dos ativos ao longo do tempo em razão de fatores como desgaste, obsolescência, etc. Exemplos clássicos de investimentos públicos envolvem a construção dos chamados ativos imobilizados como hospitais e escolas. Nas sociedades empresárias, tais gastos são chamados de investimentos de capital ou Capex (capital expenditures).

Registre-se que os investimentos também podem

sofrer baixas em razão da não recuperabilidade dos montantes investidos.

Em outras palavras, um gasto originalmente tratado como investimento também é alvo de perdas contábeis (impairment) quando a expectativa de benefício futuro não se materializa conforme planejado.

Isso pode acontecer, por exemplo, quando uma obra não é finalizada e/ou quando o valor gasto é muito superior ao orçado - o que faz com que o ativo fique "inchado" ou "supervalorizado".

Nesse caso, tem-se o registro de uma despesa para reduzir o valor do investimento (ativo) para seu valor de recuperação.

No contexto das entidades com finalidade lucrativa, tanto as despesas quanto os investimentos são incorridos com o objetivo de gerar receitas e, por consequência, de ingressos de recursos (caixa) para a sociedade.

Já no caso do Estado, a finalidade é justamente atender às necessidades da população.

Sob essa ótica, portanto, os investimentos deveriam ser privilegiados em detrimento das despesas correntes, pois eles trazem benefícios para períodos mais longos. Novamente, a título comparativo, uma empresa que investe em uma nova planta industrial, em um novo centro de distribuição, em uma nova tecnologia para aumento de produtividade busca justamente incrementar sua capacidade de geração de receita no médio e longo prazo.

Contudo, é preciso ter cautela na comparação entre despesas e investimentos. Primeiro, porque algum nível de gasto com despesa corrente é essencial para a manutenção da atividade econômica, do serviço público. Não adianta um hospital sem médicos ou uma escola sem professores. Do mesmo modo, o mero fato de um gasto ser classificado como investimento não significa necessariamente que ele trará benefícios econômicos futuros; ao contrário, o que existe no momento da realização de dispêndios são expectativas, projeções que poderão ou não se confirmar.

Nesse cenário, torna-se extremamente relevante a

análise da "qualidade" dos gastos públicos, sejam eles despesas ou investimentos. Gastos que não geram quaisquer benefícios irão se traduzir invariavelmente em perdas - no limite, dinheiro jogado fora.

De fato, faz-se necessária uma análise compreensiva de cada espécie de gasto que compõe as contas públicas, em uma espécie de orçamento "base zero". Assim como o cidadão comum - em especial aquele endividado - revisa detalhadamente seus dispêndios visando a cortar o não essencial, cabe ao Estado uma análise pormenorizada dos benefícios esperados com os gastos públicos.

Parece-nos que a discussão da qualidade é tão ou mais importante do que aquela relacionada à quantidade. Assim como as empresas buscam obter os maiores retornos sobre os seus dispêndios, o Estado precisa avaliar a eficiência dos seus gastos, o que implica invariavelmente na discussão da qualidade das nossas políticas públicas. Os recursos são escassos, haja vista que a capacidade de imprimir dinheiro, se endividar e/ou de tributar do Estado é limitada. Nesse contexto, portanto, a decisão mais importante do ponto de vista da gestão da máquina pública acaba sendo justamente a escolha de onde alocar os recursos, de onde gastar.

É PROFESSOR DA FEA-USP

**Site: [https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/?\\_gl=1\\*137wtit\\*\\_gcl\\_au\\*Nzc3MDA1NjYxLjE3MzM5ODY3ODE.\\*\\_ga\\*ODY4MzU3MjEzLjE3MjE5ODgyODk.\\*\\_ga\\_H1D7PSZ1DW\\*MTczNDA3MzA2Ny44LjAuMTczNDA3MzA2Ny42MC4wLjE1MzczMjYyMjM](https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/?_gl=1*137wtit*_gcl_au*Nzc3MDA1NjYxLjE3MzM5ODY3ODE.*_ga*ODY4MzU3MjEzLjE3MjE5ODgyODk.*_ga_H1D7PSZ1DW*MTczNDA3MzA2Ny44LjAuMTczNDA3MzA2Ny42MC4wLjE1MzczMjYyMjM)**

# Senado muda texto, que volta à Câmara

**MARIANA CARNEIRO E GIORDANNA NEVES**

O Senado aprovou ontem, por 49 votos a 19, o primeiro projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária** sobre o consumo.

Como foram feitas modificações pelos senadores, o texto terá de retornar à Câmara para nova apreciação dos deputados - o que deve ocorrer na próxima semana.

As bebidas açucaradas saíram da lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo - o chamado "imposto do pecado", criado para desestimular o consumo de itens que façam mal à saúde e ao meio ambiente.

Também foram poupadas as armas e munições.

Além disso, com as mudanças aprovadas pelos senadores a alíquota-padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será a base do novo sistema, poderá alcançar 28,6% (mais informações na pág. B2).

Na volta para a Câmara após modificações do Senado, o projeto deve ser novamente relatado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Ao Estadão, ele disse que a votação pode acontecer já na terça-feira.

"Nós marcamos reunião para domingo com o grupo de trabalho e vamos conversar com o Ministério da Fazenda.

Depois, vamos acertar com o presidente (da Câmara) Arthur Lira." Ele minimizou os acréscimos que podem fazer com que o IVA chegue a 28,6% - a Câmara havia fixado uma trava de 26,5% para o tributo.

"Evidente que, o que a gente achar que pode já extrapolar a alíquota de 26,5% e que não for fruto de acordo coletivo, o colégio de líderes decide se fica ou não." A Câmara, nesse caso, fará apenas a revisão das mudanças feitas pelo Senado e poderá confirmá-las ou rejeitá-las. Não será possível inserir novidades no texto.

"Não posso colocar armas, porque a Câmara é a Casa revisora, e não posso mais alterar o mérito, só confirmar ou rejeitar. Na Câmara, tentamos e perdemos, esse assunto não volta mais."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Reforma é aprovada depois de concessões feitas pelo relator

**MARIANA CARNEIRO / COLABOROU ALVARO GRIBEL**

Relator do projeto que regulamenta a **reforma tributária**, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) fez concessões a atividades que, segundo cálculos que apresentou inicialmente, tiveram impacto de alta de 0,13 ponto percentual sobre a alíquota-base do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Durante as discussões, ao longo desta semana, outras concessões foram feitas.

A mais relevante foi a inclusão do saneamento básico nos serviços de Saúde, que terão desconto de 60% sobre alíquota-padrão.

Braga havia dito na terça-feira que essa medida teria um impacto de 0,5 ponto no novo IVA. Ontem, porém, após a aprovação do projeto, afirmou que havia conversado com o secretário especial da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, e que o impacto estava mais próximo de 0,38 a 0,40 ponto na alíquota.

Com os acréscimos, a alíquota-padrão do IVA pode ser de ao menos 28,5%. Atualmente, o maior percentual é cobrado pela Hungria (27%).

"Com certeza a alíquota vai ser mais alta. Vocês conhecem a posição do Ministério da Fazenda, que preferiria menos exceções.

Mas volto a falar: a espinha dorsal da reforma está mantida", disse Appy. Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que "não foi a reforma perfeita, mas foi a reforma possível".

Houve outras concessões de menor monta no texto que ainda não foram computadas. Academias de ginástica ganharam desconto na tributação de 30% em relação à alíquota de referência.

Agrotóxicos também obtiveram vantagem: terão a alíquota reduzida em 60%. O texto definiu que o Comitê Gestor do IBS (IVA de Estados e municípios) e o governo federal revisarão a cada 120 dias a inclusão destes insumos na lista de produtos beneficiados.

Apesar das concessões, Braga manteve no texto uma inovação feita pela Câmara que prevê teto de 26,5%

na alíquota-padrão, determinando que, em caso de estouro, o governo proponha um projeto para reduzir benefícios tributários. A trava, porém, é considerada ineficaz por tributaristas. Durante a tramitação, a oposição tentou impor um limite ainda mais baixo à alíquota-padrão, de 25%, o que foi rejeitado.

**ZONA FRANCA.** Braga, que já foi governador do Amazonas, ampliou os benefícios concedidos às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus em relação ao projeto que havia sido aprovado na Câmara e extrapola os incentivos oferecidos hoje às empresas da região.

Diante de queixas de senadores dos demais Estados da Região Norte, ele estendeu vantagens às áreas de livre-comércio no Acre, Amapá, Rondônia e Roraima e esticou a validade delas de 2050 para 2073.

O relator também incluiu dispositivo que concede à única refinaria instalada na Zona Franca, que pertence à distribuidora Atem, vantagens tributárias.

Procurada, a Atem não respondeu à reportagem.

**IMÓVEIS.** O relator no Senado atribuiu critérios objetivos para a tributação de pessoas físicas que obtenham renda com compra, venda, cessão e arrendamento de imóveis. Quem tiver mais de três imóveis e obtiver rendimento superior a R\$ 240 mil por ano com eles será tributado na locação ou cessão. Caso a pessoa física venda mais de três imóveis em um ano ou mais de um imóvel adquirido nos últimos cinco anos, também estará sujeita à tributação.

Para a venda de imóveis, a alíquota será de 50% da padrão do IVA. O texto da Câmara previa redutor de 40%. No caso de aluguel, arrendamento e cessão, o redutor foi elevado para 70% - o anterior era de 60% da padrão.

O texto ampliou o cashback (devolução de **tributos** a famílias de baixa renda) para contas de telefonia e internet.

**CLUBES DE FUTEBOL.** O novo texto "ajusta a tributação" das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) e prevê que a alíquota para os **tributos** unificados passa a ser de 5%. Além disso, ficam excluídas da tributação, nos cinco primeiros anos-

calendário da constituição da SAF, as receitas da cessão de direitos desportivos de atletas e da transferência do atleta para outra entidade esportiva ou seu retorno à atividade em outra entidade desportiva.

**CESTA BÁSICA E ALIMENTOS.** O relator retirou o óleo de soja da cesta básica com imposto zero, mas o produto foi para a lista dos alimentos com alíquota reduzida, equivalente a 60% da padrão. Braga também decidiu incluir na reduzida as bolachas de consumo popular, além do óleo de milho. Já a erva-mate foi incluída na cesta básica com imposto zero.

#### **MOTORISTAS DE APLICATIVO.**

Braga acatou uma emenda que muda a receita bruta para motoristas de aplicativos, e passou a considerar como receita bruta dos motoristas 25% do valor bruto mensal recebido.

**TRANSPORTE PÚBLICO.** Nas rotas interestaduais e intermunicipais de transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário haverá incidência de alíquota equivalente a 40% da padrão. o transporte aéreo de carga, Braga também decidiu aplicar o redutor alegando que há regiões no Amazonas onde produtos perecíveis e alimentos só chegam de avião.

**BARES, RESTAURANTES, HOTÉIS E PARQUES.** A alíquota para esses setores foi reduzida a 40% da padrão.

#### **Causa própria**

Em meio às concessões, Braga ampliou os benefícios às empresas da Zona Franca de Manaus

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Limite para uso de crédito tributário deve sair do pacote

**GIORDANNA NEVES E FERNANDA TRISOTTO**

O relator do projeto de lei complementar (PLP) do pacote de ajuste fiscal, deputado Átila Lira (PP-PI), deve retirar do texto o trecho que autoriza o Executivo a limitar a utilização de créditos para compensação de débitos de **tributos** ou contribuições no caso de resultado fiscal negativo nas contas públicas, apurou o Estadão/ Broadcast. Há um movimento entre lideranças da Câmara para que este PLP, e o outro projeto de lei do pacote, sejam votados em plenário entre hoje e a próxima segunda-feira.

O PLP relatado por Lira traz gatilhos e outros aperfeiçoamentos ao arcabouço fiscal. Pela proposta do governo, a limitação no uso de créditos para compensação seria mensal e modulada em função do valor total do crédito.

Este trecho, porém, enfrenta grande resistência por parte do setor produtivo. A equipe econômica tentou limitar este ano o uso de créditos de PIS/Cofins para compensar a perda de arrecadação com a desoneração da folha, mas a medida provisória foi devolvida pelo Congresso.

Um outro dispositivo, que deve ser mantido no texto, estabelece, por exemplo, que em caso de déficit primário e de redução nominal das despesas discricionárias ficam vedadas a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício tributários até 2030.

O projeto do governo também autoriza o "contingenciamento e bloqueio" nas emendas parlamentares na mesma proporção das demais discricionárias, com uma trava limitando a contenção a 15% do total das emendas. Ontem, em entrevista ao Estadão/Broadcast, Átila Lira reconheceu que havia consenso apenas a respeito do contingenciamento, mas não sobre o bloqueio. Não há definição ainda a respeito de modificações nesse trecho, apurou o Broadcast.

O PLP também torna livre, entre 2025 e 2030, a aplicação do superávit financeiro dos seguintes fundos: Defesa de Direitos Difusos (FDD), Nacional Antidrogas (Funad), Marinha Mercante (FMM), Nacional de Aviação Civil (FNAC), Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), do

Exército, Aeronáutico e Naval.

Depois de conversa com Átila Lira, ontem, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, informou que o trecho que trata desses fundos será alterado, para garantir que os seus superávits financeiros só possam ser usados para amortizar dívida.

BCP. O relator do outro projeto de lei (PLP) do pacote fiscal, deputado Isnaldo Bulhões (AL), também disse que vai fazer alterações nas novas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) propostas pelo governo, apurou o Estadão/Broadcast. Entre outros pontos, por exemplo, ele deve mudar a definição de "deficiência" para beneficiários do programa, eliminar a regra de coabitação para cômputo da renda familiar e o uso de patrimônio como prova de renda.

O relator deve manter no texto a proposta de alterar a fórmula de correção dos valores do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

A regra que limita a 2,5% o aumento real do salário mínimo também deve ser mantida no texto da forma como foi enviada pelo governo.

Previdência

Alguns ajustes propostos para o BPC também devem ser mudados pelo relator do projeto

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo fecha acordo sobre transição para aposentadoria de militar

**ALVARO GRIBEL BRASÍLIA**

O governo fechou acordo com os militares para o envio de projeto de lei com medidas de ajuste fiscal que atingem as Forças Armadas. O texto prevê transição até 2032 para o estabelecimento da idade mínima de 55 anos para que os militares possam ir para a reserva remunerada (aposentadoria). Hoje, não há idade mínima, apenas o tempo mínimo de serviço - 35 anos.

O projeto está sob análise na Casa Civil, mas a expectativa é de que seja enviado ao Congresso nos próximos dias. A reunião que selou o acordo aconteceu na quarta-feira passada, no Palácio do Planalto, e contou com os ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda) e José Múcio (Defesa), além de técnicos como o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

A Fazenda estima uma economia em torno de R\$ 2 bilhões por ano, como antecipou o Estadão, com as medidas acertadas com o Ministério da Defesa para endurecer regras da previdência dos militares.

Durante entrevista para apresentação do pacote fiscal, no fim de novembro, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, chegou a afirmar que a transição estaria completa até o fim "desta década".

Os militares, contudo, queriam um prazo mais longo, até 2035; mas o acordo fechado estabeleceu o ano de 2032.

De acordo com o secretário, a transição foi necessária para adaptar a evolução das turmas das Forças Armadas. Durigan explicou que haverá R\$ 1 bilhão de economia com corte de despesas e outro R\$ 1 bilhão, com aumento de arrecadação.

O pacote inicialmente acordado com a Fazenda tem quatro medidas: idade mínima de 55 anos, fim da "morte ficta" ou morte fictícia, fim da concessão sucessiva de pensões, e aumento da contribuição para o fundo de saúde.

Com o fim da morte ficta, por exemplo, militares expulsos das Forças por crimes ou mau comportamento não poderão repassar às suas famílias

o direito de receber pensão. A família do militar passará a ter direito a auxílio-reclusão, tal como previsto para os **servidores públicos**.

Previsão

R\$ 2 bilhões é o valor de economia anual estimado pela equipe econômica a partir do acordo fechado com a Defesa para reformular as regras de previdência dos militares

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Selic não para o clima - FLÁVIA OLIVEIRA

## FLÁVIA OLIVEIRA

Quando Donald Trump foi eleito novamente presidente dos Estados Unidos, ecoou mundo afora a pergunta sobre o futuro da agenda global de enfrentamento às mudanças climáticas. Da ministra brasileira do Meio Ambiente, Marina Silva, brotou análise pragmática. Ela disse que a realidade se impõe, na forma de inundações e seca severa em partes do Brasil; chuvarada no Saara; nevasca na África do Sul; furacões nos Estados Unidos.

- É possível construir muro para deter pessoas. Mas não há muro contra furação. Muro não controla a natureza -afirmou dias antes de embarcar para a COP29, em Baku (Azerbaijão).

Nesta semana, o IBGE reportou **inflação** oficial de 0,39% em novembro, o que elevou o acumulado em 12 meses para 4,87%, pelo segundo mês seguido acima do teto da meta (4,5%). O grupo Alimentação e Bebidas foi o que mais pesou no IPCA, representando 0,33 ponto percentual no resultado mensal. Carne bovina (+8,02%), café (+2,33%) e óleo de soja (+11%) dispararam, jogando para cima os gastos com alimentação no domicílio. São itens que fecham em alta há três meses consecutivos. E escalando.

No bimestre julho-agosto, a comida que as famílias brasileiras compram em supermercados, feiras e hortifrúteis ficou mais barata: caiu 1,51% num mês, 0,73% noutro. De setembro em diante, não parou de encarecer: + 0,56%, seguido de +1,22% em outubro e estratos férico +1,81% no mês passado. Não é por acaso que a mais recente pesquisa Quaest de avaliação dogoverno mostrou brasileiros cientes da carestia e frustrados com a economia, a despeito do vigor do **PIB** (alta de 0,9% no terceiro trimestre) e do desemprego em recorde de baixa (6,2% em agosto-outubro).

Na consulta à população entre 4 e 9 de dezembro, 40% disseram que a economia piorou nos 12 meses anteriores; 68% reclamaram da perda do poder de compra; 78% perceberam alta no preço dos alimentos. Toda vez que a comida dispara, o presidente da República perde popularidade. Desde o início do terceiro mandato, os maiores índices de aprovação de Luiz Inácio Lula da Silva ocorreram na virada do primeiro para o segundo semestre, época de deflação

de alimentos. Lula bateu 60% de aprovação em agosto de 2023, durante o ciclo recente mais longo de variação negativa no custo dos alimentos. Foram quatro meses seguidos de queda: de junho a setembro.

A **inflação** dos alimentos -fenômeno global decorrente de problemas com safra, câmbio e cadeias de logística e insumos (em particular, fertilizantes oriundos da Rússia) -tem produzido mal-estar no eleitorado também em terra estrangeira. Joe Biden, presidente que se despede no mês que vem da Casa Branca, não conseguiu emplacar a candidatura da vice, Kamala Harris, também em razão da percepção consolidada de que o custo de vida era menor com Trump. E era.

A **inflação** dos alimentos nos Estados Unidos começou a acelerar no início da pandemia, na gestão do ex-presidente; bateu 11% sobre o ano anterior em meados de 2022, já sob Biden; e desacelerou. As remarcações perderam fôlego, mas os preços não caíram. Quem é brasileiro sabe como funciona. Na França, houve o mesmo: pressão na pandemia, pico de 15% no primeiro trimestre de 2023, estabilização. O presidente Emmanuel Macron, no centro de uma crise política grave, também perdeu popularidade pela carestia.

Não foi por acaso que, na última reunião do G20, no Rio de Janeiro, a declaração dos chefes de Estado fez referência a "reagir a pressões do custo de vida" e aos impactos negativos da guerra Rússia-Ucrânia "no que diz respeito à segurança alimentar". Está claro que **inflação** em alta, comida cara, escassez de alimentos drenam capital político de incumbentes e ajudam a pôr democracias em risco.

O Comitê de Política Monetária (Copom) não erra quando se compromete a perseguir a meta de **inflação**, atribuição prevista em lei. Mas exagerou anteontem, ao impor ao país um choque de juros para mudar a trajetória do IPCA, estimado em 4,8% neste ano e 4,6% no próximo. O ponto percentual a mais na Selic neste dezembro e outros dois pontos, divididos nas reuniões de janeiro e março, levarão a taxa básica a 14,25% no fim do primeiro trimestre de 2025. É nível de uma década atrás, quando o IPCA caminhava para uma variação de dois dígitos - fechou em 10,67% em 2015.

Há intenção clara da autoridade monetária de frear a atividade econômica -e, com ela, investimentos produtivos, negócios da construção civil e do varejo, crédito ao consumidor -, além de tirar o mercado de trabalho do que economistas chamam de pleno emprego. Está evidente a pressão por equilíbrio nos gastos públicos, embora o salto nos juros fermente a dívida pública em volume bem superior à economia proposta por Fernando Haddad, ministro da Fazenda, no recém-apresentado -e, para os agentes financeiros, sempre insuficiente -pacote fiscal.

Neste ano, o Brasil terá queda de 6,7% na safra agrícola, resultado das turbulências climáticas, expressão usada pela ministra do Meio Ambiente. Por isso, alimentos encarecem. Refém do livro-texto de outros carnavais, falta o BC responder se há nível de juros capaz de derrubar o preço da carne, se o pasto arder em chamas; o valor do café, quando a plantação congelar; o quilo do arroz em campos inundados. Não há Selic que controle a natureza. É realidade que se impõe.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Pivô de crise sobre emendas, Dino critica 'democracia do piti'

**KAROLINI BANDEIRA E MARIANA MUNIZ**

Em meio à insatisfação do Congresso com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impôs regras mais rígidas para a liberação de emendas parlamentares, o ministro Flávio Dino criticou ontem o que chamou de "democracia do piti" ao comentar as queixas de "ativis-mo judicial" feitas ao Supremo e as decisões tomadas pela Corte. A determinação levou a uma nova crise entre o Legislativo e o governo Lula.

-Como é que um Poder fica dando escândalo toda vez que outro decide? Eu já tinha visto democracia constitucional, liberal, social, mas democracia do "piti" eu nunca tinha visto. O STF não pode decidir mais nada porque as pessoas dão escândalo -afirmou o ministro durante seminário jurídico realizado em Brasília.

O ministro ainda observou que o STF já decidiu três vezes do mesmo jeito sobre as emendas parlamentares e que há um desejo de "desqualificar" o papel do Judiciário.

- Não podem pretender um Judiciário amordaçado, e eu, assim como Alexandre (de Moraes), viemos da política. Não somos contra a política, mas somos contra a política ímproba, a política ineficiente - pontuou.

Mais cedo, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão, Dino afirmou que a democracia "não é regime de supremacias individuais" que permite chantagens e agressões nas relações institucionais. Na segunda-feira, o ministro negou o pedido de reconsideração da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre trechos da decisão que liberou a retomada do pagamento das emendas parlamentares diante das regras mais duras do que as aprovadas sobre o tema pelos próprios parlamentares.

## RECURSO NEGADO

O ministro negou integralmente o pedido feito pela União, visto como uma tentativa de arrefecer os ânimos entre o Congresso e o Executivo. Em resposta, no mesmo dia, o Congresso atrasou a tramitação da **Reforma Tributária**, com a sessão que teria a leitura do parecer na Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ) sendo encerrada 11 minutos após a abertura.

Em discurso a mais de 200 pessoas no Conselhão, Dino afirmou que "nenhum julgamento relevante é feito no STF sem o diálogo com a sociedade", dando como exemplo a discussão sobre o pagamento de emendas.

-Democracia não é regime em que um poder do Estado, qualquer que seja ele, está plenamente feliz, porque se estiver, é sinal que alguém está infeliz, ou outro poder do Estado, ou mais grave, a população. A democracia não é regime de supremacias individuais, não é regime em que chantagens e agressões devem fazer parte do dia a dia nas relações institucionais e sociais -disse.

Na decisão seguida pelos outros ministros, Dino afirma que o limite para o crescimento das emendas foi discutido em reunião dos três Poderes em agosto. E que, em sua decisão anterior, apenas seguiu a equiparação entre "emendas parlamentares" e "despesas discricionárias" que já tinha sido feita pelo próprio Legislativo na lei de novembro.

-Normalmente, essa crítica quanto ao ativismo (no STF) vem daqueles que não gostam da decisão do Supremo. O Supremo, quando decide, agrada alguém e desagrade alguém. Esse que é desagradado diz "o Supremo se mete em muita coisa". Mas, quando o Supremo decide no sentido convergente com interesses A ou B, aí o Supremo está certo -criticou.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Pacote fiscal vai mudar para garantir redução da dívida pública

**THAÍS BARCELLOS E BERNARDO LIMA**

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, informou ontem que um projeto que faz parte do pacote de corte de gastos vai ser modificado para evitar dúvidas sobre a destinação de um montante de R\$45 bilhões.

O projeto permite usar recursos "excedentes" de oito fundos nacionais para aliviar a dívida pública até 2030. Segundo dados de 2023 do Tesouro Nacional, esses oito fundos fecharam o ano com superávit de R\$ 45 bilhões. O novo texto vai deixar claro que esses recursos sejam destinados exclusivamente para abater a dívida pública.

Segundo Durigan, o artigo 2- do projeto de lei complementar que faz parte do pacote fiscal dava "alguma abertura para alguma margem de interpretação de que o superávit de alguns fundos pudesse ser usado de forma livre." Atualmente, o texto afirma que, entre 2025 e 2030, o superávit de alguns fundos será de "livre aplicação".

-A gente deixa claro que a única utilização do superávit dos fundos é para amortização da dívida. Então, para dirimir qualquer ruído de possibilidade de novo impulso fiscal: não se trata disso. Todas as medidas que foram apresentadas

pelo presidente Lula ao Congresso são de moderação do crescimento das despesas e de compromisso com a responsabilidade fiscal -disse Durigan.

## MOBILIZAÇÃO DO GOVERNO

Os fundos que podem ter recursos desvinculados de sua finalidade são os de Defesa de Direitos Difusos (FDD), Nacional Antidrogas (Funad), da Marinha Mercante (FMM), Nacional de Aviação Civil (Fnac), Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), do Exército, Aeronáutico e Naval.

O relator, deputado federal Átila Lira (PP-PI), ressaltou a importância do projeto de lei, que ele classifica como "fundamental" para o país. Segundo Lira, os parlamentares devem fazer um esforço concentrado para conseguir votar as matérias do pacote fiscal do governo até semana que vem:

-Temos ainda a **Reforma Tributária**, outro projeto, a PEC (proposta de emenda à Constituição) que vai complementar esses ajustes fiscais. Nossa ideia é que nos próximos dias, de segunda até sexta agente trabalhe intensamente para votar essas matérias, até porque tem que passar no Senado.

O governo se mobiliza para tentar conseguir os votos necessários para a aprovação dos projetos. Deputados têm apresentado resistência para votar o pacote fiscal diante de uma insatisfação causada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre emendas parlamentares. As votações para dar urgência aos projetos, por exemplo, foram apertadas.

Para o relator, o governo deve obter os votos necessários se acatar as sugestões de alterações feitas pelo Congresso:

-Acho que com os ajustes do governo, nossos ajustes, nossas sugestões, o diálogo com as bancadas, com os partidos, está todo mundo muito sensível aos gastos públicos. E uma demanda mundial, que o governo fez um gesto, os próprios parlamentares também. Então não tenho dúvida de que vamos dialogar até chegar a um consenso e aprovar essa matéria.

Para se tomarem lei, os projetos precisam ser aprovados na Câmara e no Senado.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Salário mínimo: governo não descarta editar uma MP

**THAÍS BARCELLOS**

O relator do projeto de lei que trata da atualização da regra de reajuste do salário mínimo, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), sinalizou que a mudança proposta pelo governo deve ser mantida em seu parecer. Mas ressaltou que o texto como um todo, como está, não tem condições de passar. O secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, por sua vez, disse que o governo não descarta recorrer a uma medida provisória (MP) para mudar a regra de correção do salário mínimo.

-Agente não descarta isso (MP para o salário mínimo). Mas os nossos planos A e B são focar agora (no projeto)... A condução do líder Isnaldo é um alento. Estamos indo bem, avançando, e espero que a gente conclua esse processo o mais rapidamente possível - disse o número 2 de Fernando Haddad.

Uma MP teria efeito imediato, enquanto o projeto de lei depende de aval do Congresso.

## "A CÂMARA EM CONSCIÊNCIA"

Pela regra atual, o salário mínimo é atualizado pelo resultado do índice de **inflação** IN PC em 12 meses até novembro do ano anterior, acrescido do avanço do **PIB** de dois anos antes. Pela proposta do governo, dentro do pacote fiscal, a variação do **PIB** ficará limitada ao percentual de reajuste do arcabouço fiscal, que

vai de 0,6% a 2,5% acima da **inflação**, a depender do resultado das receitas no ano anterior. Para 2025, a taxa considerada é de 2,5%.

A mudança na fórmula de reajuste permitiria uma economia de R\$ 4,2 bilhões no ano que vem, já que o salário mínimo é referência para diversos benefícios sociais.

-Dentro do avanço, o salário mínimo tem se consolidado. A Câmara tem consciência da garantia do crescimento permanente e real do salário mínimo, enquadrando na nova âncora fiscal, com o arcabouço que nós votamos - disse Bulhões, depois de se reunir com Durigan.

O relator citou como pontos sensíveis do projeto de lei

o Fundo Constitucional do Distrito Federal e o Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda). E disse que levou as demandas das bancadas à Fazenda para avaliar a possibilidade de fazer algumas mudanças:

-O texto, da forma que foi enviado, não terá nenhuma condição de passar. Então está descartado manter o texto enviado pela Fazenda. O ministro Haddad e o secretário Dario têm uma equipe muito disposta à negociação -disse Bulhões, acrescentando que a expectativa é votar o projeto na semana que vem.

No caso do fundo do Distrito Federal, a proposta do governo é acabar com a indexação à Receita Corrente Líquida (RCL) e adotar a correção pelo IPCA. Isso, segundo o relator, demanda "debate mais profundo". Em relação ao BPC, Bulhões disse que o foco tem sido a inclusão do patrimônio para avaliar o direito ao benefício e a cumulatividade com outros auxílios recebidos por familiares.

Para receber o BPC, é preciso comprovar renda familiar de até um quarto do salário mínimo por pessoa. O projeto enviado pelo governo revoga a dedução de outros benefícios recebidos por membro da família. Além disso, não terá acesso ao BPC quem possuir bens em valor acima de R\$ 800 mil.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Dólar volta a R\$ 6, apesar de alta da Selic e leilões

## ISA MORENA VISTA E THAÍS BARCELLOS

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de aumentar a Taxa Selic em 1 ponto percentual, para 12,25% ao ano, mexeu com o mercado de câmbio ontem pela manhã, com o dólar comercial registrando a mínima de R\$ 5,868. Mas, apesar de o Banco Central (BC) ter ofertado US\$ 4 bilhões em dois leilões no mercado, a moeda americana fechou em alta de 0,69%, a R\$ 6,0091.

Na quarta-feira, a notícia de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passaria por um novo procedimento médico pesou na desvalorização do dólar e na alta do Ibovespa. Analistas avaliaram que, por questões de saúde, Lula poderia não disputar as eleições de 2026, o que abriria espaço para um governo "mais pró-mercado".

## IBOVESPA CAI 2,74%

Ontem, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Paulo Pimenta, afirmou à CNN Brasil que Lula buscará a reeleição em 2026. Beto Saadia, diretor de Investimentos da Nomos, avalia que essa foi uma das principais razões por trás da virada de sinal do

dólar, que abriu em baixa mas passou a subir no início da tarde de ontem.

Jacques Zylbergeld, superintendente de Câmbio do Banco Rendimento, diz que o assunto gera volatilidade apenas pontual e não deve mudar o câmbio de forma estrutural, pelo menos por ora.

Pela manhã, o BC realizou dois leilões de dólares à vista, no total de US\$ 4 bilhões. Todo o valor ofertado foi vendido. A operação - leilão de linha - é comum no fim de ano devido à demanda de investidores e multinacionais para remessas de dólares ao exterior. De acordo com Zylbergeld, a ação do BC não foi suficiente para ter influência significativa na cotação.

Contribuiu ainda para a desvalorização do real a alta global do dólar. Moedas de países emergentes acumulam a maior queda em dois anos. Ontem, o índice Bloomberg Dollar Spot, que mede o dólar contra uma cesta de moedas, subiu 0,3%.

O Ibovespa fecha em queda de 2,74%, aos 126.042 pontos, pressionado pelo forte avanço nos juros futuros. Todos os

contratos para janeiro de 2026 a 2029 encerraram acima dos 14%. Isso pressionou ações ligadas à economia doméstica.

A alta dos juros futuros é reflexo da decisão do Copom, que anunciou que haverá mais duas altas de 1 ponto percentual, o que levará a Selic a 14,25% - o maior nível desde outubro de 2016.

## "REZANDO MISSA EM LATIM"

Analistas avaliam que esse compromisso reduz a pressão sobre o início do mandato da nova composição do BC

a partir de 2025, sob o comando de Gabriel Galípolo. O substituto de Roberto Campos Neto na presidência do BC e os outros seis diretores escolhidos pelo presidente Lula são vistos com desconfiança pelo mercado financeiro, já que o petista é crítico dos juros elevados.

Na avaliação de economistas, a sinalização dada pelo Copom afasta as chances de um "cavalo de pau" na política monetária em 2025.

-Para quem achava que o padre não era católico, está rezando missa até em latim -disse o economista-chefe do Banco Daycoval, Rafael Cardoso, referindo-se a Galípolo. -Essa sinalização de duas altas de 1 ponto reduz ainda mais a incerteza. O risco não é zero, mas reduz a desconfiança sobre o início do mandato (de Galípolo).

Para Helena Veronese, economista-chefe da B.Side Investimentos, a sinalização de mais duas altas indica que o Copom vai perseguir a meta de **inflação**, de 3%, independentemente de quem estiver na presidência do BC:

-A sinalização foi adotada unanimemente, inclusive pelos quatro diretores que já foram indicados pelo governo. Claro que só vamos saber realmente com as ações, mas (o novo BC) começa bem aos olhos do mercado.

Natalie Victal, da SulAméri-ca Investimentos, diz que não é possível saber se a sinalização foi unânime, e vai esperar a ata, na semana que vem.

Apesar do choque de juros do BC, economistas ressaltam que o comportamento do dólar e das expectativas de **inflação** continuarão dependentes da evolução fiscal.

-A questão fiscal tende a continuar sendo o principal determinante do comportamento dos ativos domésticos ao longo dos próximos meses -diz Sérgio Goldenstein, da Warren Investimentos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# STF tem maioria contra taxar herança de PGBL e VGBL

**DANIEL GULLINO**

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para impedir a cobrança do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre dois tipos de planos de previdência privada em caso de falecimento do titular: o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

O julgamento está em andamento no plenário virtual, com previsão de terminar amanhã. Cinco ministros já acompanharam o relator, Dias Toffoli, contra a taxação sobre herança de plano de previdência privada: Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e André Mendonça. Até agora, ninguém divergiu.

Atualmente, os estados têm regras diferentes sobre a incidência ou não do ITCMD sobre os planos. A

ideia do STF é uniformizar o entendimento. A questão também foi discutida recentemente no Congresso, na regulamentação da **Reforma Tributária**, mas a proposta de estabelecer a tributação foi derrubada.

## SEGURO DE VIDA

Em seu voto, Toffoli argumentou que o VGBL funciona como um seguro de vida e que, em caso de morte, o pagamento decorre de um contrato, e por isso não deve

ser entendido como herança em sentido limitado, o que motivaria a tributação.

"Sobressaindo do VGBL o caráter de seguro de vida com estipulação em favor de terceiro, no caso de falecimento do titular do plano, aplica-se a compreensão de que não consistem o direito e os valores recebidos pelos beneficiários em herança ou legado", escreveu Toffoli em seu voto.

Apesar de reconhecer que o PGBL funciona como um plano de previdência, o ministro entende que o mesmo raciocínio deve ser aplicado, porque ele também teria uma função de seguro de vida. "Se o titular do plano falece, sobressai do PGBL (tal como no VGBL) o caráter de seguro de vida, no qual há estipulação em favor de terceiro", avaliou.

O caso chegou ao STF por causa de uma lei do Rio de Janeiro, que autorizava a cobrança nos dois planos de previdência privada. O Tri-

bunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), no entanto, considerou a cobrança sobre o VGBL inconstitucional.

A principal diferença entre os planos VGBL e PGBL é a questão tributária. Em ambos, o Imposto de Renda (IR) incide apenas na hora do resgate. No VGBL, o tributo é aplicado apenas sobre os rendimentos.

No PGBL, o imposto incide sobre o valor total resgatado ou recebido como renda, mas o investidor tem um incentivo fiscal no momento em que faz os depósitos. É possível deduzir o dinheiro aplicado no fundo na declaração de ajuste anual do IR, até o limite de 12% da renda bruta anual.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Recibo de gasto com saúde terá que ser digital a partir de 2025

**BERNARDO LIMA**

A **Receita Federal** informou ontem que a emissão de recibos de despesas com saúde por profissionais pessoas físicas (médicos, cientistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, entre outros) terá que ser realizada apenas por meio digital a partir do ano que vem.

A emissão do recibo será feita pelo aplicativo Receita Saúde. Com a ferramenta, os pacientes e profissionais de saúde não precisarão mais guardar os recibos em papel, já que as informações

poderão ser consultadas diretamente no aplicativo e depois deduzidas do Imposto de Renda (IR).

O Receita Saúde está disponível desde abril deste ano, mas sua utilização era facultativa.

Os recibos emitidos no aplicativo serão carregados automaticamente como despesas dedutíveis na declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física dos pacientes e como receita na declaração do profissional.

Até o início de dezembro, mais de 380 mil recibos já tinham sido emitidos pelo sistema, totalizando mais de R\$ 215 milhões em valores de serviços de saúde prestados.

O app Receita Saúde, no entanto, não se aplica aos prestadores de saúde pessoas jurídicas, que já prestam as informações por meio da Declaração de Serviços Médicos de Saúde (Dmed).

## PIX PARA BOLETO EM 2025

Ontem, o Banco Central anunciou que boletos de pagamento poderão ser pagos por Pix, a partir da inclusão de um QR Code específico na fatura. Atualmente só podem ser pagos por código de barras. A novidade foi incluída em uma resolução que entrará em vigor em 3 de fevereiro de 2025.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Austrália quer obrigar big techs a pagar imprensa por conteúdo

A Austrália quer forçar as grandes empresas de tecnologia, como Google e Meta - dona de Facebook, What-sApp e Instagram - a pagarem pelas notícias expostas e compartilhadas em suas plataformas. Plano apresentado ontem pelo governo propõe novos **impostos** caso as big techs não façam acordos com os grupos de imprensa locais.

As empresas de mídia tradicionais de todo o mundo enfrentam queda nas receitas de publicidade, atualmente dominada pelas grandes empresas de internet.

A Austrália deseja que as empresas de tecnologia compensem os editores locais por compartilharem links de notícias que direcionam o tráfego para suas plataformas.

-É importante que as plataformas digitais cumpram a sua parte. Precisam apoiar o acesso ao jornalismo de qualidade que informa e fortalece a nossa democracia -disse a ministra das Comunicações, Michelle Rowland.

O plano prevê um imposto, ainda a ser definido, para as empresas de tecnologia que faturam anualmente mais de US\$ 160 milhões na Austrália e que não façam acordos com os grupos de imprensa locais. A taxa será deduzida dos pagamentos feitos diretamente pelas empresas de tecnologia aos produtores de notícias.

## CONSULTA PÚBLICA

O governo de centro-esquerda do primeiro-ministro Anthony Albanese iniciou uma batalha contra as big techs, a exemplo de outros países. No mês passado, o Executivo australiano aprovou uma lei para proibir o acesso dos menores de 16 anos às redes sociais e multou as plataformas que não agem contra desinformação e conteúdo ofensivo.

Em nota, a Meta atacou a nova proposta do governo para fortalecer a imprensa australiana.

"Continuamos preocupados com a ideia de cobrar de uma indústria para subsidiar outra. A proposta ignora como nossas plataformas funcionam, especificamente que a maioria das pessoas não acessa nossos serviços para consumir notícias e que editores

escolhem voluntariamente postar conteúdo porque percebem valor ao fazer isso", afirmou a Meta em nota.

O novo plano do governo apresentado ontem passará por consulta pública em 2025 antes da confirmação dos detalhes. A proposta também pode impactar Apple, TikToke LinkedIn.

A notícia foi bem recebida pelas maiores conglomerados de mídia do país. Michael Miller, presidente executivo da News Corp, de propriedade de Rupert Murdoch, afirmou que o governo australiano demonstrou estar "disposto a liderar" as iniciativas de como as empresas de tecnologia devem operar na sociedade.

-Isso criará uma base para reconstruir a indústria da mídia após a perda estimada de mil empregos este ano e garantirá que as empresas de notícias australianas continuem a oferecer jornalismo investigativo e profissional, que nunca foi tão importante para sociedades democráticas coesas - disse Miller, acrescentando que sua empresa pretende iniciar imediatamente negociações comerciais com MetaeTikTok.

Matt Stanton, CEO interino da Nine, editora do The

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Um a cada cinco celulares vendidos é irregular

O volume de celulares vendidos ilegalmente chegou a 20% do mercado em 2024, segundo balanço anual da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) divulgado ontem. A cada dez celulares vendidos, dois foram contrabandeados ou roubados.

Embora preocupantes, os dados referentes a 2024 ficaram abaixo do previsto. A entidade projetava

que a parcela de aparelhos irregulares no mercado dobraria em relação a 2023, quando representava 25% do total. Para 2025, a Abinee estima 5,2 milhões de unidades irregulares vendidas, cerca de 14% das vendas.

## PREJUÍZO EM IMPOSTOS

Foram vendidos 8,3 milhões de celulares irregulares neste ano, representando prejuízo de R\$ 4 bilhões em impostos federais.

A maioria desses produtos é comercializada por

meio de marketplaces, plataformas on-line que abrigam lojas de vendedores independentes. De acordo com a entidade, a queda frente ao ano passado decorreu de medidas tomadas conjuntamente com Polícia Federal, Anatel, Senacon e Receita Federal.

- Os números poderiam ser piores se não fosse nossa atuação do ano passado pra cá. Estávamos com uma expectativa péssima, mas felizmente estamos revertendo - afirmou o presidente da Abinee,

Humberto Barbato, ao apresentar os dados.

Os produtos irregulares custam aproximadamente 40% menos que os regulares. Esses aparelhos, assim como carregadores e outros acessórios vendidos conjuntamente, não passam por testes de segurança e podem apresentar riscos aos consumidores. Além disso, esses produtos não têm registro na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) nem contam com garantia dos fabricantes.

A Abinee afirma que o julgamento do Marco Civil da Internet pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pode ajudar a reduzir os números de celulares roubados.

O caso continua em análise na Corte. Em seu voto, o relator Dias Toffoli defendeu que as empresas donas de marketplaces respondam junto aos anunciantes pela publicidade de produtos de venda proibida, explica Mariana Zonenschein, sócia fundadora do Zonenschein Advocacia e especialista em Propriedade Industrial:

- Nesses casos, a empresa deve responder pelos danos causados a terceiros, independentemente de serem notificadas ou não - afirmou Mariana.

## INDÚSTRIACRESCE

A Abinee também informou ontem que o faturamento da indústria elétrica e eletrônica em 2024 foi de R\$ 226,7 bilhões, representando um crescimento de 11% frente ao ano passado. Impulsionada pelo desempenho do setor elétrico, a produção aumentou 10,2%.

Os números, no entanto, vêm após um período ruim para o setor, já que houve queda em ambos os indicadores no ano passado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Nova lei que cria mercado regulado de carbono no país deixa agropecuária de fora

*Rafael Walendorff De Brasília*

O governo federal sancionou ontem a lei 15.042/2024, que estabelece as regras para criação do mercado regulado de carbono no Brasil. A agropecuária ficou fora da lista de setores que serão afetados pela regulamentação.

Durante a tramitação, parlamentares ligados ao agronegócio argumentaram que não se poderia criar obrigações para a redução de emissões de gases de efeito estufa no campo enquanto não houver metodologia para contabilizar as mitigações e sequestro de carbono pelo setor.

A lei institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). A medida permite que as emissões de gases poluentes se revertam em ativos financeiros negociáveis, o que pode atrair investimentos internacionais, fomentar a preservação ambiental e gerar novas oportunidades de renda para os brasileiros, disse o Ministério da Fazenda, em nota.

"A nova lei cria segurança jurídica e estimula a participação do setor privado na agenda de descarbonização, um dos compromissos assumidos pelo país em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês)", completou.

A Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana) disse que a lei é favorável ao setor sucroenergético. Para a entidade, a implementação do SBCE será uma oportunidade significativa para o setor, pois permitirá a venda de créditos de carbono para quem emite, o que ampliará a rentabilidade dos produtores de cana-de-açúcar.

"A medida é um processo favorável para o setor, pois possibilita a venda de carbono, contribuindo tanto para o aumento da sustentabilidade na produção de cana quanto para o cumprimento das metas ambientais estabelecidas no país", disse o CEO da Orplana, José Guilherme Nogueira, em nota.

Projeções do Banco Mundial indicam que o sistema tem potencial para impulsionar o crescimento do **PIB**, o que se reflete em aumento da renda da população e, principalmente, no cumprimento do objetivo central da política: a redução das emissões de gases de efeito

estufa.

"Enquanto em outros países o esforço de redução de emissão é sempre encarado como sendo um custo, aqui há uma verdadeira oportunidade", afirmou o secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, na nota.

A implementação do SBCE será gradual e está dividida em cinco fases principais. O objetivo é garantir previsibilidade e segurança jurídica para as empresas reguladas, além de atrair investimentos.

A transição controlada, segundo a Fazenda, busca evitar impactos bruscos na economia, ao mesmo tempo em que oferece às empresas a oportunidade de se adequar gradualmente às novas regras.

Na primeira fase, entre 12 e 24 meses, serão feitas a regulamentação inicial, a criação do órgão gestor e a definição dos setores que serão regulados. Nesse momento, serão definidos os detalhes operacionais e as bases jurídicas para o funcionamento do mercado.

Na fase, durante mais 12 meses, será realizada a operacionalização do sistema de monitoramento, relato e verificação das emissões.

Nesse período, as empresas terão de reportar suas emissões de forma padronizada, criando uma base de dados que permitirá a fiscalização do mercado.

A terceira fase, de 24 meses, prevê o início da obrigação de apresentar relatórios de emissões e planos de monitoramento, o que fornecerá os dados necessários para o primeiro Plano Nacional de Alocação (PNA).

Na fase quatro terá início o primeiro ciclo de alocação de CBEs e operacionalização dos primeiros leilões. O governo vai publicar o PNA, com a definição das regras de distribuição de cotas e o volume inicial disponível para o mercado.

Nessa fase, as primeiras CBEs começam a ser emitidas e negociadas, com a participação das empresas reguladas.

Na fase cinco haverá a implementação plena, com o primeiro leilão de CBEs e o início do mercado

secundário, que permitirá negociações entre empresas.

Projeções do Banco Mundial indicam que o sistema tem potencial para impulsionar PIB

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188067?page=22&section=1>**

# BC ajuda, mas fiscal ditará visão sobre real e Brasil, diz BNP Paribas

Anaís Fernandes De São Paulo

Mesmo que um Banco Central mais duro no Brasil possa contribuir para contrabalancear um cenário de dólar forte globalmente, as tarefas de diminuir o pessimismo com o país, atrair investidores e ajudar a segurar o câmbio ainda dependerão mais das decisões fiscais do governo brasileiro. A avaliação é de Fernanda Guardado, economista-chefe para América Latina do BNP Paribas.

O banco francês acaba de apresentar a clientes seu relatório global com perspectivas para 2025 e 2026. Nele, projeta que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil desacelere de 3,4% em 2024 para 2,1% em 2025 e 1,8% em 2026. A **inflação**, pela média do IPCA no ano, deve ficar em 4,4%, 5,1% e 4%, respectivamente.

No relatório, ao comentar estratégias de portfólio, o BNP Paribas diz que o cenário macro em geral favorecerá a moeda brasileira, considerando, entre outras coisas, o BC cauteloso, a taxa de juro real elevada e o real ainda como uma moeda barata. Com os riscos crescentes em torno da consolidação fiscal no país e na América Latina em geral, porém, o banco afirma manter uma exposição abaixo da média do mercado no quesito.

"Sem dúvida, os últimos movimentos do BC ajudam a dar algum suporte à moeda. Mas eu ainda acredito que a direção principal vai ser ditada pela política fiscal. O nosso problema, o maior foco dos investidores, tem sido a política fiscal. Decepções adicionais vão se traduzir na moeda, por mais que o BC esteja fazendo esse esforço todo", afirma Guardado.

A última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) - de acelerar a alta da Selic para 1 ponto percentual (p.p.) e sinalizar mais duas elevações de igual magnitude - foi considerada "muito boa" por Guardado, que, até o ano passado, era diretora de Assuntos Internacionais do BC.

A prescrição futura para as próximas reuniões "foi surpreendente" e, de certa forma, "torna mais custosa uma decisão diferente", afirma. Isso, diz Guardado, "diminui a incerteza da transição" para um "novo Copom", liderado, a partir de 2025, por Gabriel

Galípolo, atual diretor de política monetária.

"É um BC que vai tentar trazer a **inflação** para [a meta de] 3% em 2026 e que está disposto, inclusive, a ultrapassar o pico observado no último ciclo de juros, de 13,75%", afirma. Ela revisou sua projeção para a Selic ao fim do ciclo para 15%, com os dois aumentos de 1 ponto já sinalizados e mais "um derradeiro" de 0,75 p.p. em maio.

"O fiscal tem sido o principal assunto, a força motriz por trás dos movimentos de mercado recentemente.

Seria muito importante - não só para ajudar o trabalho do BC, mas também para diminuir um pouco esse pessimismo de cenário para o Brasil - observarmos medidas mais enfáticas de redução de gastos por parte do governo", afirma.

O índice de vulnerabilidade fiscal do Brasil é o pior entre 13 emergentes analisados pelo BNP Paribas no relatório, à frente de países como África do Sul, México, Colômbia e Índia. O índice do banco considera variáveis como necessidade bruta de financiamento, dívida pública e serviço da dívida - indicador em que o Brasil se destaca negativamente.

No front global, o relatório do BNP Paribas gira em torno de tentar prever um cenário à frente "bastante difícil", diz Guardado, porque ele está bem dependente de como será a política econômica do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump. "Devemos levar suas promessas políticas a sério.

Acreditamos que ele está disposto a aumentar as tarifas, principalmente contra a China, e a diminuir a imigração para os EUA." O cenário-base do BNP Paribas incorpora aumento das tarifas americanas à China de 25 pontos, com acréscimo inicial de 10 p.p. já no primeiro trimestre de 2025, até a taxa final de 40%.

Para demais países, o aumento médio da tarifa deve ser de 3 p.p., mas com início apenas no fim de 2025, até chegar a uma taxa média próxima de 5%.

A segunda premissa importante para o cenário-base do banco é que a entrada líquida de novos imigrantes nos EUA vai cair de cerca de 1 milhão em 2024 para 300 mil em 2025, sem deportações em massa. "Isso

vai ter impacto na falta de mão de obra nos EUA", diz Guardado.

Ainda que o BNP Paribas considere que a agenda de desregulamentação de Trump avance, incentivando o investimento empresarial, as ineficiências provocadas pelas tarifas e pela menor oferta de mão de obra devem fazer a produtividade americana desacelerar, diz Guardado.

Com isso, a perspectiva é que o **PIB** dos EUA vá de 2,8% em 2024 para 2,1% em 2025 e 1,3% em 2026.

Ao mesmo tempo, como essas políticas geram pressão sobre os preços da economia, os EUA não devem conseguir sair de uma **inflação** média de 2,9% neste e no próximo ano e ainda acelerar para 3,9%, na média, em 2026.

Esse é um ponto de muita atenção para o banco central dos EUA, segundo Guardado. É por isso que, após a redução esperada de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juro americana, o BNP Paribas não enxerga mais nenhum corte ao longo de 2025, o que coloca o banco em uma ponta mais conservadora entre projeções de mercado.

Embora o cenário-base do BNP Paribas não contemple, por ora, medidas de retaliação de nenhum país às tarifas dos EUA, o banco diz ser provável que a China tome medidas fiscais e monetárias para atingir uma taxa de crescimento ao redor de 4,5% do **PIB**, considerada a mínima aceitável pelas autoridades chinesas.

A implicação de todo esse cenário global para os países da América Latina é uma trajetória de juros superior, diz Guardado. Diferentemente do Brasil, lembra, Chile, Colômbia e México ainda estão em ciclos de cortes de juros, que devem parar, agora, antes do que era antecipado - em 4,25%, 6% e 8,25%, respectivamente, até 2026.

A expectativa é que o México cresça pouco acima de 1% em 2025 e 2026, enquanto Chile e Colômbia devem crescer ao redor de 2% a 2,5%. A exceção da região é a Argentina, que deve seguir cortando juros e passar de uma queda de 3% do **PIB** em 2024 para altas de 4,5% em 2025 e 3% em 2026.

Relatório projeta cenário "bastante difícil" com governo Trump nos Estados Unidos

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188067?page=22&section=1>

# Varejo surpreende em outubro e ruma para melhor ano desde 2013

**Marsílea Gombata e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio**

O varejo surpreendeu positivamente em outubro e pode caminhar para ter em 2024 o maior crescimento desde 2013. Nos próximos meses, afirmam economistas, o ritmo ainda deve se manter, mas em 2025 a perspectiva é desaceleração com maior intensidade.

Em outubro, o volume de vendas no varejo restrito subiu 0,4%, ante setembro, na série com ajuste sazonal, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo IBGE. O resultado veio acima da mediana estimada por consultorias e instituições financeiras, de recuo de 0,2%.

Na comparação com outubro de 2023, o varejo restrito avançou 6,5%, alta maior que a expectativa mediana, de aumento de 4,8%.

As vendas no varejo ampliado, que inclui veículos e motos, partes e peças, material de construção e atacarejo, tiveram alta de 0,9% na passagem entre setembro e outubro.

A expectativa de economistas de consultorias e instituições financeiras era de estabilidade. Na comparação com outubro de 2023, o volume de vendas do varejo ampliado subiu 8,8%. A expectativa mediana era de alta de 7,3%.

As vendas do comércio avançaram em outubro em seis das oito atividades do varejo restrito.

Destaques positivos para móveis e eletrodomésticos (com alta de 7,5%, após duas quedas mensais seguidas), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (2,7%), tecidos, vestuário e calçados (1,7%), combustíveis e lubrificantes (1,3%).

Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, setor com maior peso no comércio, cresceu 0,3% e acumula alta de 5,2% nos 12 meses até outubro, superior ao varejo geral (4,4%).

As duas atividades em queda foram artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (-1,1%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,5%).

O poder de compra sustentado ajuda a explicar o varejo favorecido em outubro, afirma Isabela Tavares, economista da Tendências Consultoria.

"O que acaba sustentando bastante esse consumo é o próprio mercado de trabalho", diz. "No nosso índice de poder de compra, que engloba **inflação** de itens essenciais, condições financeiras, **crédito** e massa de renda, houve alta de 9,7% em outubro, na comparação com o mesmo mês de 2023.

Em outubro do ano passado a alta foi de 6,7%. Esse poder de compra ajuda a explicar o porquê de o varejo estar surpreendendo." Para Rodolfo Margato, economista da XP, a PMC de outubro foi uma surpresa positiva, especialmente o varejo ampliado.

"Aqui o grande destaque foram as vendas de veículos, motocicletas, partes e peças", afirma, ao pontuar que a expectativa é que as vendas de veículos na PMC cresçam 15% em 2024. "A despeito de um cenário de juros elevados, vimos ao longo deste ano um aumento das concessões de crédito para aquisição de veículos, puxando essas vendas." Os resultados de outubro levaram a XP a revisar para cima suas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do quarto trimestre de 0,6% para 0,7%, em relação ao trimestre anterior.

Para 2024, a XP manteve a projeção de alta de 3,5% do **PIB**.

O crescimento do varejo em 2024 será maior que em 2023 (alta de 1,7%) e pode ser o mais intenso desde 2013 (4,3%), segundo Cristiano Santos, gerente do IBGE responsável pela PMC. "Vai depender dos últimos meses do ano." Ele argumentou que o dado de 0,4% de outubro pode ser interpretado como estabilidade, mas há um desempenho positivo no ano.

Em novembro, a perspectiva é de mais resultados positivos no varejo, devido à Black Friday. Neste ano, observa Tavares, o fluxo de pessoas em shopping centers no fim de semana da Black Friday cresceu 19,8% em termos anuais.

No ano passado, a alta havia sido de 1,2%, e em 2022, de 0,4%, diz.

Mas em 2025 o cenário será outro. "Todas as contribuições positivas vistas em 2024 vão acabar.

Temos aumento dos juros bancários, pressões inflacionárias no orçamento, preços de bens mais altos. Por isso, esperamos uma reversão", diz.

A Tendências projeta crescimento de 4,9% para o varejo restrito em 2024 e de 2% em 2025. Para o varejo ampliado, as perspectivas são de crescimento de 5% neste ano e de 2,3% no próximo. Para todas as projeções, o viés é de alta.

"Em um cenário de **inflação** pressionada, política monetária mais contracionista e impulso fiscal menor no ano que vem, não vemos o varejo em recessão, mas um arrefecimento ao longo do ano, especialmente a partir do segundo trimestre de 2025", prevê Margato.

Para Geórgia Veloso, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), a perspectiva é que o varejo comece a perder ritmo no fim do ano, processo que deve se aprofundar em 2025, por causa da perspectiva de juros mais altos e do câmbio desvalorizado, o que preocupa segmentos atrelados à importação.

"Isso pode trazer desaceleração mais forte e até resultados negativos no início do ano que vem."

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188067?page=22&section=1>**

# Junta de orçamento faz 'rapa' para melhorar fiscal, afirma Tebet

**Renan Truffi, Estevão Tair e Guilherme Pimenta De Brasília**

Os ministros da equipe econômica e política do governo voltaram a se reunir ontem num esforço para tentar cortar novas despesas do Orçamento. A discussão aconteceu no âmbito da Junta de Execução Orçamentária (JEO), em meio às negociações para aprovação do pacote de corte de gastos no Congresso.

O objetivo do encontro foi reavaliar possíveis recursos orçamentários que, apesar de terem sido empenhados até este mês de dezembro, não serão mais utilizados pelos ministérios e, por isso, podem ser alvos de cortes ou redistribuídos entre as pastas.

A informação foi confirmada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, que chamou o esforço de "rapa no Orçamento".

"Hoje é o dia de fazer um 'rapa' [no Orçamento]. É uma longa agenda de discussão orçamentária", explicou, em referência à reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO).

"Precisamos ver onde mais a gente consegue algum dinheirinho", complementou a ministra, durante participação da reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o Conselho, realizada no Itamaraty.

Além de Tebet, fazem parte da JEO os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Casa Civil, Rui Costa, e a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Entre as funções da JEO, está o remanejamento do Orçamento ao longo do ano. O Valor apurou que o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, também foi chamado para opinar sobre os possíveis cortes. O motivo é que Padilha é responsável pela articulação política do governo e, conseqüentemente, pela liberação de emendas parlamentares.

A revisão do Orçamento, feita no âmbito da JEO, coincide ainda com os movimentos de parlamentares para tentar esvaziar os ajustes previstos no bojo do corte de gastos. O assunto preocupa o Palácio do

Planalto porque, a depender das medidas que forem retiradas do texto durante a tramitação das matérias, o impacto fiscal do pacote pode ser reduzido significativamente.

Anunciado há algumas semanas, o pacote para reduzir as despesas públicas pode representar uma economia de aproximadamente R\$ 70 bilhões em dois anos (R\$ 30 bilhões em 2025 e R\$ 40 bilhões em 2026).

Nesta quinta-feira, 12, Tebet também alfinetou agentes financeiros e o próprio governo ao afirmar que os economistas, do setor privado e da equipe econômica do governo federal, têm errado suas projeções relacionadas ao Produto Interno Bruto (**PIB**) porque precisam "conhecer melhor o Brasil".

"Por que estamos errando? Isso vale para os economistas de plantão, para a equipe econômica", disse. "Por que nós, há quatro anos, estamos errando a previsão de crescimento do Brasil? É porque precisamos conhecer melhor o Brasil." Também presente na reunião do Conselho, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, defendeu que a economia brasileira "tem um nível de crédito" que mostra um crescimento sólido, ou seja, para além de "um voo de galinha". "Este ano a expectativa era crescer 1,8%, e nós vamos crescer 3,5%", disse, a respeito das projeções para a expansão do **PIB**.

No mesmo discurso, Durigan reiterou as medidas de ajuste fiscal apresentadas pelo governo federal nas últimas semanas, acrescentando, no entanto, que o equilíbrio das contas públicas "tem que ser compatibilizado com responsabilidade e social".

Ele classificou essa compatibilização como um "compromisso de base". "Aprendemos neste primeiro biênio [do governo] que é possível fazer ajuste fiscal sem medidas regressivas e de retrocesso social", argumentou.

De acordo com o secretário, é possível "fazer um moderação do Orçamento", mas, ao mesmo tempo, manter "de pé o crescimento real do salário mínimo e as políticas públicas sociais".

Em relação às negociações em torno do pacote fiscal,

ele afirmou que o governo vem promovendo "um diálogo duro, mas franco e aberto" com os setores produtivos, Congresso e Judiciário.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188067?page=22&section=1>**

# Despesas primárias aceleram mais em Estados e municípios

**Marta Watanabe De São Paulo**

Resultado de crescente descentralização de receitas da União para os governos regionais, a despesa primária dos Estados e municípios disparou e cresceu em ritmo mais acelerado que o do governo federal no período de 2019 até este ano. Financiado principalmente por repasses do governo federal, o movimento expansionista foi responsável por 0,8 ponto percentual do crescimento total de 2,4% do **PIB** nacional no acumulado em 12 meses até o segundo trimestre de 2024. Ainda não mapeado nas medidas de ajuste do governo federal, o aumento de gastos dos subnacionais traz risco fiscal elevado porque sua continuidade está contratada, é de difícil solução política, compromete o ajuste da União e pode atuar de modo descoordenado da política monetária.

A despesa primária efetiva da União, já descontadas as transferências a Estados e municípios, cresceu 13,8% em termos reais no terceiro trimestre de 2024 contra a média dos quatro trimestres de 2019. Nos governos regionais, o aumento foi de 38%, considerando o último dado disponível, do segundo trimestre de 2024, contra a mesma métrica de 2019. O cálculo baseou-se em dados da Secretaria do Tesouro Nacional, com atualização pelo IPCA até setembro de 2024, com ajuste sazonal. O aumento de gasto primário dos governos subnacionais foi financiado basicamente pela União. As transferências federais aos governos regionais totalizaram R\$ 590,8 bilhões nos 12 meses até setembro de 2024, com aumento de 44,1% reais ante o ano de 2019. Ante 2017, a alta foi de 68,6%, sempre em valores constantes.

Os cálculos e a análises são dos economistas Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), e Bráulio Borges, também pesquisador na mesma instituição e consultor da LCA. Para Pires, o aumento de gastos de Estados e municípios via descentralização de recursos da União traz "risco elevado" e é um dos quatro componentes analisados pelo efeito na disseminação de risco fiscal, com impactos que vão além da perspectiva de consolidação fiscal em horizonte mais distante que o desejado e da incerteza em relação ao cumprimento das metas de resultado primário (ver reportagem abaixo).

Para Pires, há risco de descumprimento do arcabouço, se o governo não adotar as medidas necessárias e suficientes. Esse risco, diz, é mapeado e o governo está tentando tratar. "A questão é avaliar se o que o governo está fazendo é suficiente. O risco relevante é o das despesas dos governos regionais, que não está mapeado nem tratado e é inclusive minimizado no debate sobre eventual crise fiscal em 2027. Isso precisa de tratamento, num contexto de polarização política que não facilita para sua negociação e bom desfecho." Pires explica que as transferências aos entes subnacionais afetam o cumprimento das metas de resultado primário da União porque várias delas são gastos do governo federal. Borges exemplifica com o Fundeb, que tem recursos federais e dos governos regionais destinados à educação. Os aportes da União no fundo, diz, aumentaram.

Em 2020, a União transferiu R\$ 19,5 bilhões ao Fundeb, em valores atualizados. "Em 2024, serão R\$ 47 bilhões e pode chegar a R\$ 63,4 bilhões em 2028. Isso é contabilizado como despesa da União, mas é uma transferência e financia gastos de entes subnacionais." Além do Fundeb, integram as transferências da União aos governos regionais, diz Pires, os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de royalties de petróleo e participações especiais, do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), do auxílio a Estados e municípios, da Lei Kandir e das emendas pix.

Os dados mostram que todo esforço para alcançar superávits, de trazer a dívida pública para trajetória sustentável, envolveu em vários períodos a construção de uma máquina de geração de resultado primário nos vários níveis governamentais, diz Pires. Em 2006, exemplifica, quando o superávit primário total foi de 3,8% do **PIB**, 2,2 pontos percentuais (p.p.) foram da União. Estados e municípios ajudaram com 0,7 p.p. e 0,1 p.p, respectivamente.

Estatais também entraram com 0,9 p.p. "Em 2008, os Estados ajudaram com 0,9 p.p. ; as estatais, com 0,5 p.p., e os municípios, com 0,2 p.p., para um superávit geral de 3,9% do **PIB**. Todos ajudaram com superávit. Isso contrasta com 2024, em que quase ninguém está ajudando. Os Estados ainda têm resultado primário positivo, de 0,4 p.p., mas residual, metade do que foi em 2008, e todo restante está com déficit. Isso

sobrecarrega muito a União e dificulta a busca por um primário que estabilize a dívida pública." O estudo de Pires e Borges mostra que os gastos de Estados e municípios antes da pandemia, considerando a média dos quatro trimestres de 2019, passou de R\$ 458 bilhões para R\$ 630 bilhões no segundo trimestre de 2024, em valores atualizados pelo IPCA e com ajuste sazonal. "Foi um aumento de mais de um terço em relação ao que era antes. E não há previsão de reversão. Estamos cobrando ajuste da União sem levar isso em conta." O governo federal está "enxugando gelo" no esforço que faz para garantir resultado primário, diz Pires, porque isso está servindo para financiar o aumento de gastos de Estados e municípios - por aumento de Fundeb, por aumento de emendas parlamentares ou pela elevação de arrecadação centrada no Imposto de Renda, que também estimula o aumento de transferência constitucional. "Isso traz vários problemas. Primeiro, não há indicativo de que essa despesa está sendo corrigida para baixo, na verdade ela ainda está crescendo. Segundo, quem tem meta macroeconômica é a União, não são os governos regionais. Então, o potencial de descoordenação entre política fiscal e monetária nesse contexto aumenta.

A União pode fazer ajuste, mas se essa transferência federal continuar possibilitando o aumento de despesas de Estados e municípios, teremos impulso fiscal positivo.

Terceiro, está acontecendo, na verdade, uma descentralização de recursos quase silenciosa. O Congresso não quer que a União faça política pública diretamente, prefere que os Estados e municípios façam.

Reverter isso é mais difícil." "Os Estados e municípios são hand-to-mouth [da mão para a boca], gastam o que recebem, porque não têm meta de economizar.

O maior risco disso é tanto de endividamento, de solvência fiscal, mas sim a dessincronização, a falta de coordenação com a política monetária", diz Borges. Mesmo que a União faça a parte dela e adote política fiscal anticíclica, contracionista, porque a economia dá sinais de superaquecimento, avalia, ainda assim "os governos regionais podem continuar pisando no acelerador e atrapalhando bastante a condução da política monetária".

Borges destaca que os gastos dos governos regionais têm impacto no consumo do governo, no consumo das famílias, na Formação Bruta de Capital Fixo, via investimentos.

O estudo dos economistas compara a evolução do **PIB** total com o mesmo **PIB**, descontado o gasto primário dos governos regionais.

Os gastos de Estados e município não faziam muita diferença na evolução do **PIB**, mas isso mudou nos últimos dois anos "De 2022 para cá, não fosse a expansão fiscal dos gastos dos governos regionais, o crescimento do **PIB** brasileiro seria bem menor do que os cerca de 3% ao ano que vimos em 2022, 2023 e que devemos ter em 2024", diz Borges. Os gastos consideraram valores constantes do segundo trimestre de 2024, pelo deflator do **PIB**, com ajuste sazonal.

Admitiu-se multiplicador fiscal igual a 1, número "conservador".

A comparação mostra que em 2022 o crescimento do **PIB**, retirados os gastos primários dos governos regionais, teria sido de 2%, 0,9 p.p.

abaixo dos 2,9% da expansão observada do **PIB** nacional total. Em 12 meses encerrados no segundo trimestre de 2024, o **PIB** cresceu 2,4%.

Sem os gastos de Estados e municípios, a expansão teria sido de 1,6%.

"O que aconteceu na pandemia é que os gastos dos governos regionais ajudaram a arrefecer o **PIB**.

Depois da pandemia, os gastos dos governos regionais estimularam bastante o **PIB**. O impulso fiscal dado pelos governos regionais é bastante relevante", avalia Pires. "Isso enfraquece completamente o papel da União de fazer coordenação macroeconômica, porque ela vai ter uma participação cada vez menor no todo da política fiscal." As alterações do pacote de ajuste anunciado em novembro, diz Pires, não mudam o quadro. A proposta de mudança do Fundeb, explica, vai repassar o financiamento do programa escola em tempo integral para os governos subnacionais e abrir espaço para a União trazer para dentro do seu orçamento o programa Pé-de-Meia.

"Os governos regionais não poderão mais pegar essa parcela do Fundeb para gastar porque já estará comprometida com a nova obrigação.

Se for aprovado, pode amenizar um o crescimento da despesa dos governos subnacionais." Mas o processo de crescente aumento de gastos não será revertido, ressalta Pires. A mesma avaliação vale para a mudança no Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que, em vez de crescimento indexado ao de receitas da União, passaria a aumentar seguindo o a regra fiscal do governo, com limite de 2,5%.

Pires lembra que as alterações são pequenas para a magnitude do atual nível de transferências federais e o

crescimento já contratado à frente.

Ele cita o projeto de renegociação de dívidas estaduais, que vai aumentar o caixa disponível para os governos estaduais. O projeto, lembra, já foi aprovado no Senado e aguarda votação na Câmara dos Deputados.

A proposta, calcula, pode gerar impacto de caixa agregado entre R\$ 48 bilhões e R\$ 62 bilhões para os governos regionais. Para Pires, é preciso amenizar o impacto negativo da renegociação de dívidas vinculando o acordo à medidas de abertura de espaço fiscal de modo a recuperar o resultado primários dos entes subnacionais, interrompendo o processo de descentralização de recursos.

Para Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, se houver uma piora no cenário fiscal e econômico, é possível que o Parlamento, de alguma maneira, seja mais conservador, adotando uma visão mais restritiva que o governo. Um sinal nesse sentido, avalia, está na iniciativa dos deputados Kim Katagiri (União-SP), Júlio Lopes (PP-RJ) e Pedro Paulo (PSD-RJ), que sugeriram uma proposta de emenda constitucional (PEC) para corte de gastos. Entre outras medidas, eles sugerem o fim da política de aumento real do salário mínimo.

Outro fator na direção da descentralização de recursos da União, diz Pires, está na **reforma tributária**, que cria o Fundo de Desenvolvimento Regional, iniciando com aportes da União de R\$ 8 bilhões em 2029, em valor crescente até R\$ 60 bilhões em 2043. O economista também destaca que houve ampliação significativa das operações de crédito para governos subnacionais. O valor em 2024, aponta, já soma R\$ 18 bilhões, contra R\$ 20,1 bilhões em 2023 e R\$ 10,5 bilhões em 2022.

Parlamento pode ser mais conservador se houver piora no cenário Luiz Schymura

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188067?page=22&section=1>**

# Estudo mapeia mais três riscos para contas públicas

**Marta Watanabe De São Paulo**

Além do crescente gasto primário dos governos regionais, estudo do FGV Ibre lista outros três componentes que formam a percepção de disseminação de risco fiscal.

Um deles, aponta Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público, é a proposta da União para tornar as empresas estatais dependentes em independentes por meio de contratos de gestão. O total de receita dessas estatais é de R\$ 3 bilhões, que entram no orçamento. As despesas do Tesouro Nacional com elas é de R\$ 34 bilhões. "O déficit público hoje, portanto, é R\$ 31 bilhões com essas empresas. Tirando-as do orçamento, a receita de R\$ 3 bilhões deixa de entrar e o governo transfere R\$ 31 bilhões, que é o déficit atual. O impacto de curto prazo é o mesmo." O problema, diz, é que, quando se tira essas empresas do orçamento, as instâncias de controle e de fiscalização são outras. "O Tesouro Nacional não fiscaliza mais o fluxo de receitas e despesas para cobrar alguma medida de saneamento", diz. "A longo prazo, existe um risco fiscal dessas empresas aumentarem o déficit público." Para diminuir o risco fiscal seria possível, por exemplo, casar o grau de independência dessas empresas com metas de resultado primário. À medida que essas empresas diminuam o impacto delas nas contas públicas, elas se tornam gradativamente independentes, defende.

Entre as estatais independentes, Pires destaca a Petrobras, cujo investimento no acumulado em 12 meses, em valores de setembro de 2024, de fato cresceu, saindo de R\$ 50,8 bilhões no último trimestre de 2022 para R\$ 76,3 bilhões no terceiro trimestre de 2024. Ele nota, porém, que essa elevação não tem nenhum paralelo com o investimento que foi feito no período de maior endividamento da empresa, o último trimestre de 2013, com R\$ 196 bilhões.

A segunda questão é a do crédito público. Como o Orçamento público federal não tem espaço para investimentos, diz Pires, a preocupação se volta para a política parafiscal - nesse caso, a atuação do BNDES. O mais correto, defende, é ter visão construtiva sobre o que o BNDES deveria fazer do que estrangular o BNDES. O governo tem uma meta de expandir o crédito do BNDES do nível atual de 1,1%

para 2% do **PIB**. Mas esse nível, destaca Pires, está muito distante dos 4,3% do **PIB** atingidos em 2010. Um ponto importante, diz, é que a estrutura de funding do BNDES é absolutamente incapaz de gerar o desembolso que o BNDES está prometendo. E isso, diz, tem gerado percepção de risco fiscal relevante, porque, para viabilizar o crescimento do desembolso, há mudanças nos fundos públicos, no direcionamento de mais recursos para o banco. "Todo esse esforço de geração de funding adicional ao BNDES na verdade tirou o desembolso do banco de 0,7% do **PIB** em 2021 para 1,1% em 2024. Em 2022, último ano do governo de Jair Bolsonaro, já era de 1% do **PIB**. Então todo o esforço nos últimos dois anos foi para aumentar o desembolso em 0,1% do **PIB**. Ou seja, colocando a discussão em termos de risco, muita coisa precisa acontecer para vermos o BNDES no tamanho dos anos 2010, o que foi claramente equivocado." Para organizar a discussão e passar a percepção correta de risco fiscal, o governo poderia anunciar a meta de desembolso do BNDES e mostrar quais as mudanças necessárias para isso. "Assim, ele transforma as mudanças pontuais em uma reforma estrutural de crédito público e elimina essa discussão do mapa de risco, porque o desembolso de 2% do **PIB** já está precificado.

O que não está é o que é preciso fazer para atingir a meta." O terceiro risco, diz Pires, está nas despesas fora do orçamento e que reforçam a dificuldade do governo em cumprir o arcabouço.

Entre elas, o programa Pé-de-Meia e o Auxílio Gás, além de propostas como a que tira os funcionários do Banco Central do Orçamento. Algumas dessas questões, lembra, já estão no radar do governo. Representantes do governo têm prometido colocar o Pé-de-Meia e o Auxílio Gás no Orçamento.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188067?page=22&section=1>

# Estudo aponta ganhos em serviços e indústria em acordo com UE

**Marsílea Gombata De São Paulo**

Com o acordo comercial entre Mercosul e União Européia (UE), o agronegócio é o grande beneficiado, mas o arranjo pode trazer ganhos também para a indústria brasileira, inclusive a de transformação, afirmam economistas. No médio prazo, acrescentam, o acordo pode aumentar a produtividade brasileira e atrair investimentos.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que até 2040, o agronegócio teria aumento de produção de 2%, equivalente a US\$ 10,9 bilhões, enquanto na indústria extrativa mineral o ganho seria de 0,08%, ou US\$ 126 milhões, e na de transformação, 0,04%, ou US\$ 498,5 milhões. Serviços, por sua vez, teriam ganho de 0,41%, ou US\$ 9,9 bilhões.

"O acordo Mercosul-União Européia traria efeitos significativos sobre os níveis de produção de determinados setores no Brasil, com um padrão bem marcante: ganhos em quase todos os setores do agronegócio e perdas concentradas em alguns setores industriais", diz a nota técnica Avaliação dos impactos do acordo de livre-comércio Mercosul-União Européia, feita por Fernando José da Silva Paiva Ribeiro, Admir Antonio Betarelli Junior e Weslem Rodrigues Faria.

Apesar de ter sido escrito no ano passado, o texto é baseado em um acordo comercial nos moldes do anunciado na semana passada, ou seja, que inclui atualizações como o fortalecimento de compromissos ambientais e priorização de setores estratégicos como saúde em compras governamentais.

No agronegócio, segundo o documento, cerca de três quartos dos ganhos estariam concentrados em quatro setores: carnes de suíno e aves, outros produtos alimentares (basicamente pescado e preparações alimentícias), óleos e gorduras vegetais, e pecuária (gado em pé). Em outros, como carne bovina, açúcar e arroz processado, não haveria grande aumento de produção, já que as exportações para a UE não representariam uma fração relevante da exportação total ou da produção doméstica. A nota do Ipea não desagrega os segmentos de serviços, pois o objetivo era analisar o impacto sobre a produção e o comércio de mercadorias.

"Com relação ao impacto na indústria de transformação, salta aos olhos o fato de que a variação da produção total seria levemente positiva, com ganho da ordem de US\$ 500 milhões", diz o Ipea, ao acrescentar que a queda de produção ficaria concentrada em poucos setores, como veículos e peças, metais ferrosos, artigos do vestuário e acessórios, produtos de metal, têxteis, farmacêuticos, máquinas e equipamentos, e equipamentos eletrônicos.

Essas perdas, dizem os técnicos, poderiam ser compensadas por ganhos em calçados e artefatos de couro, outros equipamentos de transporte, metais não ferrosos, celulose e papel, e produtos de madeira.

"No fim, o agronegócio é o grande ganhador, com ganhos de produção e de emprego, à exceção de alguns setores de fibras naturais, que é irrelevante no comércio bilateral", afirma Fernando José da Silva Paiva Ribeiro, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea e um dos autores do estudo, ao observar que o importante é mais setores que tenham aumento de produção, o que diz respeito ao impacto doméstico, do que necessariamente exportem mais. "As perdas estariam bastante concentradas e são pequenas proporcionalmente."

Ribeiro acrescenta que o modelo utilizado para mensurar os impactos do acordo não consegue incluir todos os desdobramentos possíveis, mas embute características do cenário atual, que difere de quando o Brasil começou a negociar o acordo com a UE, em 1999.

Na época, lembra, o bloco europeu era considerado uma potência industrial e a ascensão da China no cenário internacional não havia começado. Havia, portanto, temores por parte do setor industrial brasileiro de que o acordo o prejudicaria, o que é diferente hoje.

"A grande concorrência do Brasil vem da indústria asiática, e não da europeia", diz. "Tanto que a indústria [brasileira] comemorou o acordo, pois não traz grandes prejuízos para o setor."

O estudo mostra ainda que as reduções tarifárias e concessões de cotas de exportação previstas no acordo provocariam efeito positivo sobre o Produto

Interno Bruto (**PIB**). Até 2040, o aumento do **PIB** do Brasil seria de 0,46%, o da União Europeia, de 0,06%, e o dos demais países do Mercosul, 0,20%.

No cenário até 2040 projetado no documento, as exportações do Brasil cresceriam 3%, ante alta de 0,12% das da UE e de 0,97% das dos demais países do Mercosul. No que diz respeito às importações, o ganho brasileiro também seria de 3%, ante 0,16% do bloco europeu e 0,92% do restante do Mercosul.

"Todos os setores podem se beneficiar [do acordo], É importante ter em conta que um acordo como esse abre portas, cria acesso a mercados. Mas a constituição efetiva dos fluxos de comércio e de investimentos que se beneficiam desses acessos depende de um conjunto mais amplo de fatores. Um acordo comercial, por mais importante que seja, não é uma panaceia", diz Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Nesse sentido, argumenta Cagnin, a conclusão das negociações e sua implementação fazem parte de um processo mais amplo que teria de incluir aumento de competitividade da produção nacional e redução do custo Brasil, o que poderia vir com a **reforma tributária**, além de políticas industriais para gerar ganho de produtividade e maior sustentabilidade.

"Dadas as características da matriz energética brasileira, a iniciativa europeia de implementar o imposto Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) pode potencializar efeitos positivos do acesso a mercados obtido com o acordo e atrair investimentos ao país em setores intensivos em energia", diz. "Nesse sentido, o importante é defender normas, padrões e certificações que não nos prejudiquem."

Para além de ganhos na agroindústria como um todo, itens brasileiros com maior valor agregado poderiam ter alta importante nos embarques, como cafés de diferentes origens, cacau, açaí e cosméticos, diz Larissa Wachholz, sócia da Vallya Participações e associada sênior do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

"Tudo o que tem a ver com sustentabilidade, seja com o Brasil fornecendo um produto que ajudar a descarbonizar uma cadeia, seja com o consumidor europeu reconhecendo critérios de sustentabilidade nesse produto e disposto a pagar um valor complementar pelo esforço de preservação ecológica, é interessante", diz. "Caberá a nós, então, implementar sistemas de rastreabilidade [para provar a sustentabilidade desses itens]." Wachholz acrescenta ainda

que a importação de máquinas industriais da Europa poderia trazer benefícios indiretos para o Brasil, podendo aumentar a produtividade e reduzir custos. E pontua que o acordo pode ser um importante alavancador de investimentos estrangeiros.

Cálculos do Ipea mostram que o acordo traria aumento de 1,49% dos investimentos no Brasil até 2040, acima dos ganhos da União Europeia (0,12%) e dos outros países do Mercosul (0,41%). Outro provável efeito do acordo seria um desvio de comércio para a Europa, com alta das compras de bens industriais da UE pelo Brasil, em paralelo à queda das importações do restante do mundo.

O Brasil, prevê o Ipea, teria redução de US\$ 21,5 bilhões de seu saldo comercial com a UE, o que seria compensado pelo saldo com o restante do mundo, que aumentaria em US\$ 20,6 bilhões.

"Perdas estariam concentradas e são pequenas proporcionalmente" José Paiva Ribeiro

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188067?page=22&section=1>

# Para especialistas, mudanças não são substanciais

*(Marcelo Osakabe, Marsílea Gombata, Alex Jorge Braga e Marta Watanabe)*

A nova leva de exceções incluídas pelos senadores na aprovação do projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** piora a qualidade da reforma, mas não a modifica substancialmente, avalia o advogado e economista Eduardo Fleury, sócio da área tributária do FCR Law e consultor do Banco Mundial.

"Concordo com o [Bernard] Appy, acho que dá para ficar satisfeito.

Realmente, entraram coisas que deixam o projeto mais 'feio', mas não prejudicam a lógica do imposto", diz.

Fleury lamenta algumas decisões dos senadores, como tirar as armas e bebidas açucaradas do Imposto Seletivo (IS). Mas pondera que, para vários desses produtos, apertar a regulação é mais eficaz para combater seu consumo do que elevar o imposto.

Ele também critica o esforço de parlamentares para discutir e garantir o que parecem ser vantagens para determinados setores que, em verdade, se perdem dentro da lógica do novo sistema. O desconto para planos e seguro-saúde, por exemplo, faz pouco sentido porque 80% dos planos são vendidos para empresas, que poderão se creditar dos **impostos** pagos.

Com as alterações propostas pelo Senado, a projeção da alíquota padrão do IVA subiu a 28,7%, distanciando-se do teto de 26,5% que foi criado para o IVA. Segundo Fleury, a ideia é que a alíquota e as exceções serão objeto de revisão pelo Congresso periodicamente.

Ele lembra que, como as alíquotas estão inscritas na Constituição, os parlamentares vão precisar mover produtos e serviços de categoria caso queiram baixar o IVA.

Fernanda Rizzo, associada da área de Tributário do Vieira Rezende Advogados, também chama a atenção para a inclusão de novos itens nos regimes diferenciados, que deve gerar umaumento expressivo da alíquota padrão e onerar todo o sistema.

"O mais grave é que benefícios foram ampliados sem que se tivesse um cálculo efetivo sobre o impacto da alíquota padrão", diz.

Para Luiz Roberto Peroba, sócio da área tributária de Pinheiro Neto Advogados, a regulamentação da **reforma tributária** aprovada traz um texto mais claro, que garante maior segurança jurídica e tem como grande ponto positivo estabelecer o ano de 2026 somente para entrega das obrigações tributárias, sem a implantação das alíquotas de teste para o IBS e a CBS, os novos **tributos** estabelecidos. O ponto negativo fica com as alterações em itens que saem do Imposto Seletivo ou que entram em alíquotas mais benéficas do IBS e da CBS, o que pode gerar controvérsias. De qualquer forma, a perspectiva é de um sistema tributário melhor do que se tem hoje, com a implantação de uma tributação sobre consumo ampla, que alcança bens e serviços digitais, e um mecanismo de "split payment", que pode reduzir informalidade.

Na avaliação do tributarista, o que se destacou foram os segmentos que tiraram os produtos de alguma tributação, diz. "São discussões mais políticas, muito mais de entendimentos das bancadas dos partidos, sobre o que ficar dentro ou fora do cálculo dos **tributos**." Para Peroba, o acatamento de uma emenda que garante a não incidência do IS nas exportações de bens minerais não é incompatível com o texto da Emenda Constitucional da **reforma tributária** no dispositivo em que se estabelece a exigência do tributo na extração mineral, "cobrado independentemente da destinação". Para o tributarista, a emenda pode fazer uma indicação sobre quais bens deveriam receber o tratamento do seletivo, mas depois a lei pode determinar, estipular, inclusive estabelecer critérios para isso. A emenda, diz, traz uma definição de competência, mas a lei traz a autorização.

Em relação à repercussão que as mudanças no IS podem fazer na alíquota padrão dos novos **tributos** sobre consumo, Peroba diz que o governo poderá ter maior base para esse cálculos, agora com o quadro completamente fechado e as premissas bem estabelecidas.

"Uma boa medida que foi implementada agora nas mudanças finais do Senado, foi tirar o ano de 2026 da implementação do tributo." Ou seja, explica, 2025 será

o ano da regulamentação.

O ano de 2026, diz, será o ano para o governo conhecer as bases efetivas.

"As empresas precisam só entregar as obrigações tributárias. Então, o governo vai conhecer de verdade a base arrecadatória em 2026. Porque ele tem cálculos, mas são cálculos teóricos. Os cálculos práticos só podem acontecer com o sistema rodando.

Em 2026, quando começar a capturar as informações, o governo terá clareza absoluta." Para Thaís Zara, economista sênior da LCA Consultores, o textobase aprovado mantém os eixos principais do projeto idealizado pela Fazenda: "Tivemos inclusões e exclusões dos regimes diferenciados, algo que já era esperado, mas o resultado ainda será bastante positivo para o país." Na opinião de Zara, os benefícios esperados com a implantação do novo sistema persistem. "[Com ele, espera-se] menor complexidade e litigância, [o que implica] redução de custos, além de diminuição de distorções alocativas e aumento da competitividade."

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188067?page=22&section=1>**

# Pacote fiscal enfrenta resistências e será alterado pela Câmara

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília**  
(Colaborou Gabriela Pereira)

O governo Lula (PT) tentaria votar nesta sexta-feira (13) dois projetos do pacote fiscal na Câmara dos Deputados, mas acabou convencido por aliados a adiar a análise por causa de insatisfação nos partidos da base e para dar mais tempo para os relatores negociarem seus pareceres. A votação ficou para a próxima semana, ainda sem data, e a sessão que ocorreria na sexta-feira foi cancelada.

Líderes partidários consultados pelo Valor afirmam que os próprios relatores indicaram precisar de mais tempo para concluírem seus pareceres e que seria complicado levar os temas a voto numa sexta-feira com plenário virtual, o que dificulta a negociação com os partidos. Um congressista lembrou que o governo venceu por apenas três votos o requerimento de urgência para um dos projetos e argumentou que seria "temerário" tentar a aprovação com quase todos os deputados votando à distância.

Há alguns problemas a fomentarem um clima de animosidade na base aliada. Primeiro, a cobrança por pagamento das emendas parlamentares após meses parado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e uma pressão por um "bônus" de fim de ano com a indicação de recursos dos ministérios para as bases eleitorais. Segundo, o pouco tempo, apenas três semanas, dado pelo governo para que o Congresso aprove um pacote de corte de gastos. Por fim, a insatisfação de PSD, União Brasil, PP e Republicanos com os espaços que têm no governo e a expectativa de que haja, pelo menos, uma sinalização de que serão melhor atendidos em 2025.

Há, também, os problemas de conteúdo das matérias. O governo propôs dois projetos de lei e uma proposta de emenda constitucional (PEC) para economizar R\$ 70 bilhões em dois anos, com mudanças no salário mínimo, benefícios para os mais pobres e subsídios tributários. Apesar de sinalizações por parte do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que a Casa poderia endurecer as medidas de ajuste fiscal, até agora nenhum dos relatores indicou que vai propor regra além do que já foi apresentado.

Relator do projeto de lei do pacote fiscal, o deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL) disse que fará mudanças

no texto diante de críticas dos parlamentares, mas que buscará um parecer que garanta, ao mesmo tempo, justiça social e fiscal. "O mercado e a economia não vão se decepcionar com o texto que vou apresentar", disse.

Segundo ele, a proposta de alteração nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a pessoas com deficiência e idosos, será modificada, mas ainda não é possível saber qual será a versão final.

O PCdoB, por exemplo, propôs emenda para suprimir a proibição de que uma mesma família receba mais de uma vez o benefício, a exigência de incapacidade para a vida independente e para o trabalho como conceito e a determinação de computar outros benefícios assistenciais ou previdenciários no cálculo de renda para ter direito.

Já sobre a criação do teto para crescimento do salário mínimo, de um ganho máximo de 2,5% acima da **inflação**, Bulhões avaliou não haver tantas resistências.

"Quanto mais a gente explica a regra, mais isso está absorvido pela Casa", disse. "O que não vamos abrir mão é de ter um ganho real, e isso está garantido pelo texto proposto pelo governo.

Não pretendo mudar", afirmou.

O governo entende que o projeto de lei complementar do pacote está mais maduro e será o primeiro a ser votado. O relator, deputado Átila Lira (PP-PI), iria apresentar seu parecer já na quinta-feira, mas adiou com o cancelamento da sessão. Para ele, o ponto de maior dificuldade é a proposta de limitar a compensação de créditos tributários caso o governo tenha registrado déficit primário no ano anterior - ou seja, não tenha arrecadado recursos suficientes para pagar suas despesas primárias. Se isso ocorrer, o Poder Executivo poderá baixar portaria para obrigar o parcelamento, em no mínimo 60 meses (cinco anos), do abatimento de créditos superiores a R\$ 10 milhões a que as empresas têm direito. Hoje, esse desconto é automático, no mês seguinte.

"Estou tentando melhorar o texto para não ser tão ruim para as grandes empresas. Estabelecer um prazo

menor, aumentar o piso de R\$ 10 milhões para outro valor, algo assim", disse Lira.

"Mas alertei que qualquer regra que for colocada vai ter dificuldade de aprovação", comentou.

O relator reuniu-se na quinta-feira com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, para apresentar essas considerações e negociar o texto.

Uma das mudanças já acertadas é que os fundos que serão desvinculados, como o de Aviação Civil (Fnac) e Antidrogas (Funad), serão usados para amortizar a dívida pública se não forem gastos com as finalidades originais. Segundo Durigan, o texto deixará isso claro "para dirimir qualquer dúvida, qualquer ruído que exista".

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188067?page=22&section=1>**

# China se move para proteger sua economia de Trump

**Jason Douglas Dow Jones, de Cingapura (Colaborou Xiao Xiao em Pequim)**

Os líderes da China prometeram mais apoio governamental para sua economia em dificuldades em 2025, enquanto se preparam para o retorno de Donald Trump à presidência dos EUA e outro grande confronto comercial.

Uma reunião anual de altos funcionários da economia foi concluída com promessas de cortes no juro e aumento dos empréstimos do governo para estimular o crescimento econômico, segundo um relatório divulgado ontem pela emissora estatal da China.

As autoridades também prometeram estabilizar os mercados de ações e imobiliário e afastar os riscos de "choques externos", segundo o relatório, numa referência velada ao risco de um novo confronto com Washington em comércio, tecnologia e outras questões polêmicas com o retorno de Trump.

A economia da China já enfrenta dificuldades, antes mesmo de uma piora na relação comercial com os EUA. Os governos locais estão afundados em dívidas e sofrem com uma longa recessão imobiliária.

Os gastos moderados do consumidor e a produção industrial crescente apontam para uma persistente pressão deflacionária.

Um novo conflito comercial com Trump ameaça privar a China do motor de exportação que tem sustentado o crescimento, aumentando a pressão sobre Pequim para revigorar a economia doméstica - ou ver o crescimento desacelerar abaixo da meta anual de 5%.

O presidente eleito dos EUA já ameaçou impor tarifas de 10% sobre todas as importações chinesas, além das taxas existentes, citando o que ele diz ser o fracasso de Pequim em policiar os produtos químicos usados na fabricação de fentanil. Durante a campanha presidencial, ele chegou a ameaçar com tarifas de até 60%, o que economistas disseram que prejudicaria significativamente a China.

Pequim sinalizou que também está se preparando para uma luta comercial contundente. Nos últimos dias, lançou uma investigação regulatória sobre a campeã americana de semicondutores Nvidia,

ameaçou colocar na lista de restrições um importante fabricante de vestuário americano, bloqueou a exportação de minerais essenciais para os EUA e restringiu a cadeia de suprimentos de drones, uma série de medidas que mostram seu arsenal de ferramentas para revidar os EUA se Trump cumprir sua ameaça tarifária.

Os anúncios de ontem, após a conclusão de uma reunião da Conferência Central de Trabalho Econômico da China, uma reunião anual de altos funcionários focada em planejamento econômico, foram indicados no início da semana pelo Politburo, o principal órgão decisório da China.

O presidente do país, Xi Jinping, e líderes de alto escalão no partido se comprometeram a elevar o déficit fiscal da China e a emitir mais títulos de dívida especiais, de prazos "ultralongos". O relatório sobre as conclusões da reunião, divulgado pela imprensa estatal, também destacou que a China vai reduzir as taxas de juros e abrandar, "no momento apropriado", as exigências sobre os depósitos que os bancos precisam manter como reservas.

Pequim também prometeu ter como prioridade econômica impulsionar o consumo interno por meio de esforços "vigorosos".

As autoridades vêm aumentando gradualmente as medidas de estímulo desde setembro, quando, após meses de hesitação e piora da economia, anunciaram um pacote de medidas para reduzir os custos de empréstimos, estimular o mercado de ações e abandonar a maioria das restrições à compra de imóveis.

Também delinearam um pacote de US\$ 1,4 trilhão para aliviar o fardo da dívida dos governos locais, onde a crise financeira generalizada está agravando os problemas de crescimento da China.

Ainda assim, os principais detalhes sobre o estímulo e os planos econômicos mais amplos do governo seguem desconhecidos e deverão permanecer assim até a reunião do Congresso Nacional do Povo da China em março, o principal órgão legislativo do país.

Entre eles: qual meta de crescimento o governo definirá para 2025? Qual será o déficit fiscal que será

permitido? E quais medidas concretas serão tomadas para estabilizar o mercado imobiliário e impulsionar o consumo?

A maior dúvida é se o próximo impulso político será suficiente para reavivar o crescimento em declínio e isolar a economia em meio às perspectivas de uma reação comercial cada vez mais intensa.

Economistas do Morgan Stanley disseram em uma nota na quarta-feira que a queda nos rendimentos dos títulos na China sugere que os investidores não estão convencidos de que as autoridades chinesas podem impulsionar o crescimento e a **inflação** com sucesso. Eles disseram que a melhor aposta de Pequim para impulsionar uma recuperação econômica sustentável é cortar investimentos e tomar medidas para fortalecer a deficiente rede de **seguridade social** da China para impulsionar uma recuperação durável no consumo, uma combinação de políticas que Pequim tem relutado em adotar há anos.

Duncan Wrigley, economista chefe da China na Pantheon Macroeconomics em Londres, disse que espera que as autoridades persistam com uma abordagem contida ao estímulo para garantir que tenham poder de fogo em reserva enquanto a próxima fase da guerra comercial se desenrola.

Mas isso implica um crescimento mais lento, disse ele em um relatório ontem, antecipando que o crescimento vai desacelerar para 4,4% em 2025 e para apenas 4% no ano seguinte.

China já enfrenta dificuldades, antes mesmo de uma piora na relação comercial com EUA

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188067?page=22&section=1>**

# Estresse no mercado se intensifica após Copom

**Arthur Cagliari, Victor Rezende, Bruna Furlani, Gabriel Roca, Gabriel Caldeira e Maria Fernanda Salinet De São Paulo**

O estresse voltou a tomar conta do mercado financeiro no pregão de ontem, onde quase toda a tentativa de alívio das sessões anteriores foi desfeita. A reação inicial ao "choque" de juros adotado pelo Banco Central seguiu o script, mas durou pouco tempo e deu espaço a uma piora relevante das condições financeiras. O dólar, que chegou a ser negociado a R\$ 5,86, apagou toda a queda do início da sessão e voltou à casa dos R\$ 6; os juros futuros dispararam em vencimentos curtos e longos; e, na bolsa, o Ibovespa caiu aos 126 mil pontos.

O movimento foi totalmente derivado da percepção de risco fiscal, que voltou a sofrer deterioração.

Além disso, as questões políticas seguiram no radar, enquanto os agentes monitoraram com lupa as condições de saúde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Se, na quarta-feira, parte do alívio relevante nos preços dos ativos veio na esteira de um aumento das chances de Lula não concorrer à reeleição em 2026, ontem o mercado enfrentou uma revisão desse cenário.

A esse quadro se soma, ainda, a crise de confiança crescente em torno da condução da política fiscal.

Não à toa, os juros reais de longo prazo, medidos pelas NTN-Bs (indexadas à **inflação**), também subiram com força na sessão de ontem. De acordo com dados da Anbima, a taxa da NTN-B para agosto de 2060 subiu de 6,732% para 6,815% e, assim, voltou a se aproximar da máxima do ano.

"É claro que a reação dos preços do mercado vai gerar críticas, mas não é uma decisão do Copom que vai colocar o dólar de volta em R\$ 5,50... Desde maio, não houve uma deterioração nos preços provocada pelo BC e não é de se esperar que as medidas que o Copom tome resolvam sozinhas os problemas do mercado", afirma o chefe de multimercados do ASA, Filipe Santa Fé, para quem a decisão de contratar um aumento da Selic a pelo menos 14,25% foi "excelente".

Para Santa Fé, caso o Copom hesitas se em fazer sua

parte e deixasse de reforçar o compromisso de levar a **inflação** de volta à meta, uma deterioração adicional nos preços estaria contratada e o dólar poderia caminhar em direção a R\$ 7.

A volatilidade foi um elemento principal do pregão de ontem. Os juros curtos ensaiaram um movimento de disparada tão intenso que se aproximaram dos limites diários de oscilação, enquanto os longos abandonaram a queda do início do dia e subiram com força.

Leia mais nas páginas C2 e C4

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

# Decisão do BC é bem-vista, mas insuficiente

**Gabriel Roca De São Paulo**

Ainda que os preços não tenham refletido uma melhora de cenário no fim da sessão de ontem, a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) foi elogiada por grande parte do mercado.

Na visão de profissionais ouvidos pelo Valor, uma ação mais branda do Banco Central poderia acelerar a depreciação cambial e exigir juros ainda mais altos à frente, mas uma possível melhora de cenário para os ativos só deve ganhar corpo caso o governo e o Congresso tomem medidas para estancar a piora na percepção de risco fiscal.

Segundo o economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, ainda que a política monetária tenha dado passos na direção correta, um cenário melhor para os preços dos ativos e para a economia está condicionado à política fiscal nos próximos meses.

"A duração dos efeitos positivos da decisão vai ser condicional ao que vai acontecer no fiscal. O melhor cenário seria o Congresso aprovar rápido o pacote de medidas enviado pelo governo. Mas, como ainda haverá a discussão sobre a isenção do Imposto de Renda no ano que vem, isso pode machucar novamente os preços dos ativos. Daqui até março, parece um pouco dado, mas os eventos políticos vão passar a ser importantes daqui em diante", diz.

Para ele, a eleição no Congresso; a retomada da discussão sobre o IR; a saúde do presidente da República; e a discussão sobre as emendas parlamentares ganham relevância. "Ainda temos muitas pontas soltas no fiscal e no parafiscal que vão precisar ser resolvidas. Se não forem, podem voltar a pressionar a expectativa de taxa no fim do ciclo.

Nosso cenário-base é uma Selic em torno de 15%, mas, se o fiscal voltar a piorar, não vai ter jeito e não vai dar para parar." Já para o chefe de multimercados do ASA, Filipe Santa Fé, a decisão do BC foi excelente e seria difícil pedir algo diferente do que os membros do Copom entregaram.

Segundo ele, caso o Copom hesitasse em fazer a sua parte e deixasse de reforçar o compromisso de levar a **inflação** para a meta, uma deterioração adicional nos preços estaria contratada e o dólar poderia caminhar em direção aos R\$ 7.

"Tendo feito a parte dele, dá para todo mundo sentar e respirar um pouco. É claro que a reação dos preços do mercado vai gerar críticas, mas não é uma decisão do Copom que vai colocar o dólar de volta em R\$ 5,50.

Desde maio, não houve uma deterioração nos preços provocada pelo BC e não é de se esperar que as medidas que o Copom tome resolvam sozinhas os problemas do mercado", afirma.

Na avaliação da equipe da Gauss Capital, a decisão bastante dura do Copom anunciada na véspera foi acertada, mas não é suficiente para impedir a continuidade na deterioração dos preços de ativos e do cenário econômico. Para isso, segundo o gestor de portfólio Igor Campos será extremamente importante que o Executivo e o Congresso assumam o seu papel em relação à melhora nas contas públicas.

"Foi uma decisão dura, mas correta e muito importante. De fato, após ela, é possível vislumbrar um cenário melhor à frente, mas não suficiente para trazer convergência de expectativas, do câmbio e das perspectivas em relação à economia", afirma Campos. "É esperado que o Executivo faça o seu papel e, caso isso não ocorra, que o Congresso tome a frente para fazer o que é necessário em relação à política fiscal do país, que está em franca deterioração. Caso nada seja feito, o BC não vai ter o que fazer senão continuar subindo os juros, mesmo depois das próximas altas indicadas." Segundo ele, há fatores técnicos no mercado que precisam ser levados em consideração quando se avalia a reação exibida pelos ativos ontem. "Nos últimos dois dias o juro longo veio de uma queda de cerca de 0,8 ponto percentual. É difícil tirar conclusões, dentro da ação de preços de um dia só, para entender se foi uma decisão ruim ou boa. A decisão foi necessária, mas não é suficiente", afirma.

Para Santa Fé, do ASA, não há sinais de que o Brasil esteja em um cenário de dominância fiscal.

"O que seria uma depreciação cambial em um contexto de dominância fiscal? Um cenário em que as pessoas, mesmo com juros subindo, não querem ficar com ativos em reais e demandam ativos de fora. Isso precisaria ser visto no balanço de pagamentos e não é o que temos visto.

Com o ciclo de alta, temos tido sinais contrários, de dinheiro voltando. Precisaríamos ver problemas nos leilões do Tesouro e na rolagem da dívida - não estou falando de preços aqui e, sim, de volume. Não há um

comportamento desordenado nos prêmios de risco", afirma.

Segundo o gestor, não é possível atestar a tese da dominância fiscal pelos dados e evidências presentes na economia. "E não é só a variação do dólar, que pode subir por vários outros motivos.

Para conversar sobre dominância fiscal, eu precisaria ver uma saída física de dinheiro. Não é o que tem acontecido", aponta.

"Gosto de acompanhar os dados de setor externo junto com os futuros de BM F. Se você olhar os bancos como 'proxies' do setor real - isso porque eles não tomam risco direcional e apenas zeram os 'hedges' dos clientes - se somar posição à vista e futura, tem uma tendência clara de diminuição da posição comprada [em dólar]. O setor real da economia está achando excelente vender dólar a R\$ 6. Então não vejo nem a pessoa física e nem o setor real nesse 'game'. Não sou partidário dessa discussão. Acho que é só um jeito que as pessoas tentam expressar o seu pessimismo."

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Mesmo com maré cheia, situação fiscal preocupa - PALAVRA DO GESTOR

**Eduardo Cotrim e Fernando Rocha**

Existe uma frase espirituosa usada por Warren Buffett que diz: "Quando a maré baixa, se descobre quem está nadando nu". Mas pode existir uma situação em que a água esteja tão cristalina que mesmo na maré alta já percebemos quem está nu, e esse parece ser o caso da situação fiscal brasileira.

Temos um problema sério no Brasil que é a rigidez do orçamento público federal e o crescimento elevado dos gastos obrigatórios, que vão consumindo cada vez mais espaço no orçamento. De 1997 para cá, os gastos obrigatórios cresceram em média 5,6% por ano, em termos reais, e ocupam hoje 95% do orçamento, contra 87% em 1997. Gastos obrigatórios são aqueles que seguem regras previamente estipuladas e que só podem ser mudadas por lei específica, como os gastos com o **INSS**, que seguem o salário-mínimo e os gastos com saúde e educação, que são atrelados à arrecadação de alguns **impostos**. Sobra apenas uma pequena parte do orçamento (5%) para o governo alocar como bem entende, incluídos aí os investimentos e os gastos de custeio.

A lei do Teto de Gastos foi criada em 2016, no governo de Michel **Temer**, para limitar o crescimento dos gastos públicos federais à variação da **inflação**. A ideia era de que, com o passar do tempo, o percentual de gastos em relação ao **PIB** cairia, gerando melhor resultado primário, uma vez que as receitas tenderiam a acompanhar o **PIB**. Isso abriria espaço para a redução do endividamento público. Ao ser inscrita na Constituição, essa lei gerou a necessidade imperiosa de promover reformas para que fosse cumprida. Neste contexto, foi feita a reforma da **Previdência Social**, melhorando as perspectivas da trajetória da dívida/**PIB** e contribuindo para a redução da taxa Selic que, no início de 2020, estava em apenas 4,5% ao ano, patamar inédito na história do Brasil.

A pandemia trouxe o aumento dos gastos assistenciais. Logo após, assistimos a uma elevação de gastos de cunho eleitoral do Bolsa Família, criando um precedente muito negativo. No entanto, o mais danoso do ponto de vista fiscal foi feito no fim de 2022, com a aprovação de um orçamento para 2023 com generoso aumento de gastos e uma nova regra de crescimento real do salário mínimo. Além disso, houve a substituição do teto de gastos pelo novo

arcabouço fiscal, que estabeleceu que os gastos públicos deveriam ser limitados a 70% do crescimento real da arrecadação, sujeitos ao limite mínimo e máximo de 0,6% e 2,5% ao ano, respectivamente.

A extinção do teto de gastos resultou em um dano reputacional incrível para a política fiscal. Por estar na Constituição, imaginava-se que seria muito difícil alterá-la e, independente do governo, deveria ser cumprida. Com o fim do teto de gastos, como os credores irão acreditar que qualquer outra regra fiscal será cumprida num horizonte relevante, sem que seja novamente alterada?

No momento, a economia está crescendo a taxas elevadas, de 3,2% (2023) e de 3,5% (2024), a arrecadação federal está tendo um desempenho espetacular, crescendo 6,4% real nos últimos 12 meses, e a taxa de desemprego está na mínima histórica. Desse modo, as contas públicas não deveriam ser uma fonte de preocupação, mas o resultado dos últimos dois anos foi muito ruim. A dívida/**PIB** saltou de 71,7% para 78,7%, o déficit nominal foi de 8,9% em 2023 e 9,5% do **PIB** até outubro de 2024, e o resultado primário, que havia sido positivo em 2022, foi de -2,3% em 2023 e também será negativo em 2024. Pode-se argumentar que uma parte dessa piora veio da incorporação dos precatórios não pagos no governo anterior, o que é verdade, mas não explica toda a deterioração, pois eles correspondem a só 1% do **PIB**.

A grande causa da piora foi a opção por elevar o limite de gastos em 2023 e a adoção do reajuste real do salário mínimo, que tem efeito em cascata. As decisões de política fiscal geraram sobreaquecimento da atividade econômica e elevaram a taxa de juros de equilíbrio, piorando o resultado nominal.

No momento, a incerteza fiscal tem causado forte alta das taxas de juros futuras e desvalorização do real. Imagine, caro leitor, o que vai acontecer quando a economia desacelerar pelo efeito das taxas de juros elevadas?

Pode-se esperar uma queda da arrecadação de **impostos**, enquanto a despesa crescerá 0,6%, que é o mínimo estipulado pelas regras do arcabouço.

Consequentemente, o resultado primário vai piorar,

acelerando o crescimento da dívida.

Está claro, portanto, que o arcabouço é percebido como um "band-aid" fiscal, que não será suficiente para dar uma perspectiva de trajetória sustentável à dinâmica da dívida pública. É preciso aperfeiçoar essa regra por algo mais consistente, que vise estancar o crescimento do endividamento, sob pena de ficarmos em uma situação extremamente vulnerável quando a maré baixar.

Não parece que precisaremos ver a maré baixar para perceberem que estamos nadando nus.

Eduardo Cotrim é sócio da JGP Fernando Rocha é sócio da JGP E-mail [fprocha@jgp.com.br](mailto:fprocha@jgp.com.br) Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# A agenda que não se pode adiar em 2025 - RES PUBLICA

**FERNANDO ABRUCIO**

Depois de um ano dominado pelas eleições municipais, 2024 termina com várias urgências a resolver em Brasília. Em especial, a necessidade de se fazer um ajuste fiscal e, ao mesmo tempo, agradecer aos congressistas com recursos de última hora das emendas, no que parece ser o Baile da Ilha Fiscal do século XXI, porque o STF vai apertar esse modelo daqui para diante. Neste afogadilho do curto prazo, seria interessante olhar para 2025 de outra forma, escolhendo as agendas que têm sido adiadas e cujos efeitos de longo prazo são fundamentais para o Brasil.

A lista de temas que precisam ser resolvidos e têm sido adiados nos últimos anos é extensa. O Brasil tem o dom da postergação, cujo exemplo mais paradigmático foi ter sido o último país ocidental a acabar com a escravidão - algo que traz consequências perversas até os dias atuais. Foram escolhidas aqui cinco agendas centrais que não podem ser deixadas para trás em 2025 e que serão essenciais para nosso futuro como nação.

A primeira se refere à questão democrática. Trata-se de um tema que exigirá afirmar o Estado de Direito e aperfeiçoar os mecanismos institucionais que lhe dão suporte. Mais do que mudanças de sistema de governo ou eleitoral, o que falta ao Brasil são leis que valham igualmente para todas as pessoas. Não é possível ter **servidores públicos** ganhando muito mais do que admite a legislação do teto salarial do setor público. Em 2025 não se pode adiar mais a meta de que ninguém pode ser maior do que a lei numa democracia.

Se, por hipótese, for definida que a remuneração de nossos juízes, promotores ou militares mereça majoração, que isso seja feito com uma regra clara, passível de ser conhecida por qualquer brasileiro e, sobretudo, sem exceções contínuas que significam uma fonte inesgotável de aumento de recursos, destinada a uma parcela ínfima da população.

A garantia da democracia passa, ademais, pela forma como o Estado trata os diferentes cidadãos em cada esquina ou quebrada do Brasil. O país avançou muito nos últimos 30 anos em termos de transparência, de competição eleitoral e controle dos governantes, porém, pouco evoluiu na maneira como a polícia

aborda a população mais vulnerável, em especial os estratos periféricos e negros. Os abusos e a truculência da PM no Rio de Janeiro e em São Paulo mostraram em 2024 o quanto os direitos de cidadania dependem da cor e do lugar territorial e social de quem é abordado.

É bem verdade que a ascensão do bolsonarismo piorou a situação, ao exaltar as práticas policiais da ditadura, o modelo malufista da década de 1970 que transformava os **servidores públicos** em esquadrões da morte legalizados. Retomar o sentido de uma segurança pública democrática, que diferencia quem faz parte do crime organizado e quem é o cidadão comum, baseada em dados e evidências, e norteada pela profissionalização de uma polícia que segue a lei, deveria ser o rumo de 2025 em diante.

Uma tarefa democrática inadiável para 2025 está em julgar e punir os golpistas que atuaram contra a democracia brasileira, especialmente entre 2022 e o 8 de janeiro de 2023. Essa página da história não pode ser simplesmente virada, pois seria uma anistia para enfraquecer a democracia, e não para garantir sua retomada, como em 1979. O país precisa aprender que não se pode colocar em jogo as instituições e a alternância política, como ocorreu muitas vezes na história, gerando apenas atraso e autoritarismo.

Mais do que isso, é fundamental que militares entendam, de uma vez por todas, que têm um lugar central para defender a nação, e isso não passa pela ocupação do poder político por vias ilegais. Em poucas palavras, 2025 pode ser ano em que não mais adiamos o enterro do eterno golpismo militar, alimentado por elites civis e políticos.

Uma segunda agenda inadiável passa pelo problema central do país: a desigualdade. É fato que o Brasil avançou muito neste campo desde 1988, com maior estabilidade econômica e políticas sociais mais efetivas. Entretanto, ainda há tarefas que não podem esperar por muito tempo. Por exemplo, compatibilizar o combate à pobreza com a criação de condições para emancipar socialmente os mais pobres. Isso passa pela melhora dos serviços públicos que geram oportunidades de desenvolvimento às crianças e aos jovens mais vulneráveis, com ênfase em ações intersetoriais em prol da primeira infância e de programas para a juventude periférica, especialmente

os chamados nem-nem.

A emancipação social dos mais pobres envolve, ainda, favorecer sua inclusão produtiva. Aqui, são necessárias ações para reduzir os obstáculos às mulheres mais pobres - geralmente negras - para ocupar postos ou empreender e ascender no mercado de trabalho. Também vale pensar em novas formas de capacitação de públicos que são, no mais das vezes, pouco escolarizados, mas que podem atuar em várias frentes econômicas.

Mas o apoio aos mais vulneráveis vai além do mercado de trabalho. Mudanças demográficas e civilizacionais tornam cada vez mais importante pensar em políticas aos idosos e às pessoas com deficiência. Para ambos, não basta aposentadoria ou BPC, embora sejam o ponto de partida. O fundamental é criar novas formas de inserção social e de cuidados para valorizar o papel desses dois grupos e, com isso, ampliar a solidariedade social com a qual toda a população se beneficia. Em 2025, não se pode adiar mais a pauta da vitória contra os preconceitos em prol de uma visão mais amparada na riqueza da diversidade.

A questão ambiental é a terceira agenda inadiável. Belém sediará a COP em 2025 e o mundo estará de olho no Brasil. Ou ficaremos no centro das críticas internacionais, que realçarão os efeitos negativos de nossa inação, ou mostraremos que, em maior ou menor medida, estamos fazendo a lição de casa e poderemos ser líderes nos próximos anos da causa da sustentabilidade. Leis e planos ambientais foram feitos, muitos com qualidade de fazer inveja a qualquer gringo, mas a governança desse processo e a implementação têm deixado a desejar. É hora de se apostar numa combinação arrojada entre política e administração pública para avançar no plano ambiental.

Não se pode mais adiar a montagem de uma atuação governamental efetiva para preservar e desenvolver sustentavelmente os biomas brasileiros, em especial o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia. É uma prioridade para a atual e as próximas gerações. Se falharmos, hipotecaremos o futuro de nossos filhos e netos. Desse modo, desmatamento, queimadas, garimpo ilegal, poluição das águas e depredação de ecossistemas valiosos devem ser eliminados o máximo possível.

2025 deve ser o ano do início da virada também para a política climática, que deve ocupar o centro da agenda pública, não apenas depois que os desastres ocorrerem, mas para evitar que aconteçam ou reduzir seu impacto. Para tanto, será fundamental uma pactuação consistente no plano federativo, com uma

ação mais cooperada entre a União, os estados e os municípios. Cidadãos das periferias, políticos do interior, fazendeiros do Centro-Oeste, pescadores da Amazônia, empresários da Faria Lima, todos devem estar unidos nesta tarefa, cujo adiamento terá impactos mais rápidos do que se imagina.

A construção e a viabilização dessas agendas dependem fortemente da reconstrução política do país, após as consequências negativas da Lava-Jato e do governo Bolsonaro. A resolução desse quarto tema é o caminho para não adiar o enfrentamento dos problemas urgentes listados anteriormente. Neste sentido, reduzir a polarização de grande parcela do eleitorado e da classe política, por meio do reforço do debate tolerante sobre diagnósticos e prognósticos de políticas públicas, é uma tarefa inadiável. Como complemento central, reconstruir o relacionamento entre os Poderes, com maior equilíbrio e responsabilização, é uma etapa essencial da luta política de 2025.

A reorganização do ambiente político interno permitirá aprofundar as promessas da Constituição de 1988 e ajustar a agenda geral às novas questões e temáticas do século XXI. Desse modo, 2025 alargaria a porta para o futuro. Só que, no meio desse caminho, há um cenário internacional que tende a ser, no mínimo, muito incerto no ano que vem, com Trump, guerras, ascensão do extremismo, aumento do conflito sino-americano e falta de resolução global do problema ambiental. Neste tabuleiro, a capacidade de o Brasil mudar o rumo das coisas é menor. Todavia, é possível navegar melhor neste mar revolto.

Está aqui a última e mais complexa agenda. O Brasil terá de enfrentar o furacão internacional com muita paciência e parcimônia. Para tanto, o melhor caminho passa pelo apoio ao multilateralismo e à multipolaridade, estabelecendo parcerias com diversos países e regiões. Optar pelo diálogo e evitar conflitos nos quais o Brasil nada pode fazer constituem outro receituário essencial. De resto, é torcer para que não nos esqueçamos, como humanidade, dos erros do passado, evitando uma nova marcha da insensatez.

Na última coluna do ano, só posso desejar um 2025 maravilhoso para todo mundo, especialmente para os que nunca deixam a esperança escapar. Não podemos mais adiar as agendas que nos conectam com um futuro que já está aí e que por vezes fingimos que não chegou.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Reforma Tributária promete simplificação de impostos, mas mudanças vão na contramão, dizem especialistas

O Senado aprovou ontem o maior e mais importante projeto de regulamentação do novo sistema de **tributos**. A reforma prevê a adoção, no Brasil, de modelo já adotado em outros países, com unificação de **impostos** sobre o consumo de bens e serviços e facilitação da cobrança.

A reforma promete simplificar o complicado sistema tributário brasileiro, mas as mudanças no texto aprovadas no Senado vão na direção oposta, observam especialistas ouvidos pelo GLOBO. Quanto mais exceções e reduções de alíquota incluídas na **Reforma Tributária**, mais a alíquota padrão do futuro imposto sobre valor agregado (IVA) dual vai ter de subir.

A alta será necessária para compensar as desonerações oferecidas pelas exceções, com o objetivo de garantir que o nível de arrecadação será mantido após as mudanças, ou seja, evitar o aumento da carga tributária.

Como o formato final da regulamentação aprovada ontem no Senado ampliou a quantidade de bens e serviços com tratamento diferenciado, ou seja, que pagarão uma taxa menor do IVA, a tendência é de alta na alíquota padrão. Ela está agora estimada em 28,1%, ante 26,5% de quando a PEC foi aprovada, no fim do ano passado.

- O setor de imóveis, por exemplo, conseguiu desconto na alíquota. Toda vez que isso acontece, aumenta a alíquota padrão para todos porque não pode haver queda de arrecadação - disse Bianca Xavier, tributarista e professora da FGV Direito Rio.

Segundo a advogada, 28,1% é uma alíquota "muito maior" que a média mundial e isso gera a percepção, entre os contribuintes, de que haverá aumento de carga tributária, mesmo que o objetivo seja manter o nível da arrecadação.

- Parece que o Congresso fez ouvidos moucos para o que a imensa maioria dos técnicos tem falado sobre a impertinência do excesso de tratamentos diferenciados - afirmou o economista Sérgio Gobetti, assessor da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio Grande do

Sul.

Apesar da ponderação, Gobetti afirma que o novo sistema tributário será melhor que o atual, pois hoje, além da excessiva diferenciação, com muitas regras diferentes para os mesmos bens e serviços, existem problemas como a cumulatividade e a cobrança dos títulos de origem.

A tese defendida pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do projeto de lei de regulamentação, de que, ao longo do período de transição, a alíquota do IVA tenderá a cair, como efeito da queda na sonegação fiscal, pode se confirmar. Mas não a ponto de trazer redução relevante ao IVA, na avaliação de Virgínia Pillekamp, sócia da área tributária do BMA Advogados.

Segundo a advogada, isso dependerá do sucesso com o mecanismo de split payment, sistema que vai permitir o recolhimento dos **tributos** ao Fisco no momento do pagamento do bem ou serviço:

- É o instrumento que existe para que o novo sistema tributário tenha liquidez. Acredito que isso vai colaborar para reduzir sonegação, mas não será uma redução suficiente para que a alíquota caia 10%.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/13/reforma-tributaria-promete-simplificacao-de-impostos-mas-mudancas-va-na-contramao-dizem-especialistas.ghtml>

# Reforma Tributária: entenda a diferença entre os textos aprovados no Senado e na Câmara

O Senado promoveu uma série de modificações no texto de regulamentação da **Reforma Tributária**, aprovado pela Câmara dos Deputados em julho deste ano. Entre as principais propostas pelo relator Eduardo Braga (MDB-AM) está o acréscimo de itens isentos na cesta básica e nos produtos com alíquota reduzida a 60% da alíquota padrão.

A proposta foi aprovada pelo Senado nesta quinta-feira, mas volta para Câmara dos Deputados por causa das mudanças.

O texto também trata de cashback para baixa renda (devolução de imposto) e detalhes do funcionamento dos **impostos** criados com a reforma: o federal Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o estadual/municipal Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Eles vão substituir IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS.

Vejas as principais mudanças, ponto a ponto:

## Cesta básica

No Senado, a cesta básica de alimentos com alíquota zero de IVA somam 26 itens e foram acrescentados: mate, tapioca, massa e fórmulas proteicas. Foram retiradas os óleos de soja e milho.

Na Câmara, a cesta tinham 22 itens, com carnes e queijos adicionados.

## Cashback

O relatório de Eduardo Braga ainda ampliou a possibilidade de cashback para população de baixa renda que comprar botijão de gás de até 13 kg. Antes o texto previa a devolução de imposto apenas para os itens de exatamente 13kg. Além disso, serviços de internet e telefone também poderão ter devolução de CBS e IBS.

Na Câmara, o cashback era apenas para energia, água, luz e esgoto.

## Saneamento

No Senado, o saneamento ficou equiparado a serviços

de saúde, com alíquota reduzida em 60%. Na Câmara, o saneamento estava apenas como regime especial, e o cálculo da alíquota seria feito para manter a carga tributária.

## Medicamentos

No Senado, o relator retirou a lista de princípios ativos que seriam isentos de tributo e substituiu por grupos de doenças a serem atendidas. Terão imposto zero: tratamentos oncológicos; doenças raras; DST e AIDS (o projeto traz esses termos); doenças negligenciadas; e diabetes mellitus.

Entre os medicamentos e dispositivos que terão 60% de desconto na alíquota, o relator incluiu produtos de Home Care, aqueles utilizados para tratamentos de idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida quando tratadas em casa; além de serviços de esterilização e instrumentação cirúrgica.

Na Câmara, existiam duas listas com princípios ativos de medicamentos, com cerca de 300 itens cada, uma para desconto de 60%, e outra para alíquota zero.

## Imóveis

O relator aumentou o desconto sobre a alíquota geral do imposto para 50% nas transações do mercado imobiliário. Antes, a redução de alíquota prevista no texto da Câmara era de 40%.

## Imposto seletivo

No Senado, as bebidas açucaradas foram retiradas do Imposto Seletivo. O item estava no texto da Câmara. Nas duas Casas, armas e munições ficaram de fora.

## Pesticidas

Braga também acatou uma emenda da senadora Tereza Cristina (PP-MS) que coloca os defensivos agrícolas, chamados de pesticidas, entre os produtos com alíquota reduzida em 60%, beneficiando o agronegócio.

Na Câmara, o benefício não existia.

### Crédito a empresas

Eduardo Braga também acrescentou entre os bens e serviços que podem gerar crédito às empresas a concessão de benefícios educacionais, como bolsas de estudos, e o serviço de creche para filhos de funcionários. A creche, porém, precisam estar no estabelecimento da empresa e servir a seus empregados durante a jornada do trabalho.

Os créditos também não eram previstos no texto da Câmara.

### Bares, restaurantes, hotéis e parques

Eduardo Braga também escolheu simplificar os cálculo do regime específica de hotelaria, turismo, bares e restaurantes. Eles foram enquadrados pelo relator na alíquota reduzida em 40%, sem contar as gorjetas na base de cálculo.

### Transporte coletivo intermunicipal e estadual

O relator também excluiu do texto a previsão de um cálculo que equiparava as alíquotas dos transportes intermunicipais e interestaduais, coletivos, com a carga tributária atual e deixou o setor com um desconto de alíquota de 40%.

### Educação, academias e serviço funerário

O relator também acrescentou a lista de alíquota reduzida em 60% os serviços de educação com enfoque cultural, desportiva e recreacional, em línguas estrangeiras e outras formas de treinamento. Eduardo Braga ainda acrescentou que serviços funerários, de cremação e de embalsamamento terão 60% de redução.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/13/reforma-tributaria-entenda-a-diferenca-entre-os-textos-aprovados-no-senado-e-na-camara.ghtml>**

# Conversa no cafezinho: negociações de última hora em lanchonete do Senado definiram votos da Reforma Tributária

A aprovação da **Reforma Tributária** no Senado Federal foi conquistada com muito suor do relator Eduardo Braga (MDB-AM), que momentos antes de apresentar o parecer final no plenário transpirava embaixo do terno e tentava controlar a respiração ofegante. As discussões finais para afinar o texto ocorreram no café anexo ao plenário da Casa, conhecido como cafezinho, e foram essenciais para conseguir os votos necessários a aprovação do texto, de acordo com aliados de Braga.

O debate acalorado reuniu Braga, o secretário de **Reforma Tributária** da Fazenda, Bernard Appy, demais técnicos da equipe econômica, senadores e assessores parlamentares.

A conversa começou em uma sala reservada do café, com paredes vidros, apenas entre o relator, seus assessores, e os técnicos da Fazenda. Ao redor de uma mesa, de pé, olhando para pilhas de papéis, estavam pelo menos 10 pessoas. Entre gestos e caretas, alguns sinais de concordância podiam ser vistos.

Eles negociavam mudanças sugeridas por senadores, que não tinham sido acatadas no dia anterior na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Após alguns minutos, todos saíram da sala, Appy e Braga sentaram em uma das mesas da lanchonete, colocaram os papéis na mesa, conversaram entre si e depois chamaram senadores e assessores parlamentares para debater as definições.

Uma das conversas ocorreu com a senadora Daniela Ribeiro (PSB-PB). Ali, foi decidido que mais tipos de serviços culturais ou de eventos poderiam entrar na lista de alíquota reduzida em 60%, como serviços de sonorização, iluminação, figurino, serviços de apresentação e promoção de atuações artísticas, inclusive gestão de espaços.

Braga e Appy também acertaram com o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) um modificação no artigo do imposto seletivo para garantir que as empresas de apostas on-line ou físicas não escapem da tributação extra.

Do outro lado do café, um dos técnicos da Fazenda, Daniel Loria, conversava com o senador Carlos Portinho (PL-RJ), que queria incluir ingressos de teatro entre os itens de alíquota menor, além de manter a de cinema.

Aliados do relator Eduardo Braga contaram ao GLOBO que até a manhã de quinta-feira eles não tinham votos suficientes para aprovação. O jogo virou depois das discussões e concessões acertadas no cafezinho.

O texto do Senado teve mais exceções do que a proposta original que veio da Câmara dos Deputados. A previsão é de que a alíquota de referência suba para até 28,44%. Antes, o valor previsto era se 27,99%.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/13/conversa-no-cafezinho-negociacoes-de-ultima-hora-em-lanchonete-do-senado-definiram-votos-da-reforma-tributaria.ghtml>

# Armas fora do imposto do pecado

**RAFAELA GONÇALVES**

O Senado aprovou em plenário o projeto de lei que trata da regulamentação da **reforma tributária** mantendo as armas e munições fora do Imposto Seletivo (IS). O texto-base, que detalha as regras para a cobrança dos três novos **impostos** sobre o consumo, foi aprovado por 49 votos favoráveis a 19, contra.

Como passou por modificações, a matéria voltará para apreciação final da Câmara.

A tributação extra, conhecida como "imposto do pecado", será destinada a produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. O dispositivo, votado por meio de destaque, foi alvo de bate-boca na véspera entre o relator Eduardo Braga (MDB -AM) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), autor da proposição que retirou o item do texto.

O destaque apresentado em plenário pelo líder do governo, senador Randolfe Rodrigues (PT -AP), que previa a reinclusão das armas e munições no IS recebeu 32 votos favoráveis e 31 contrários - houve uma abstenção.

No entanto, eram necessários 41 votos para alcançar maioria absoluta do Parlamento, que possui 81 senadores.

A permanência representa uma derrota para o governo e mais uma vitória da bancada da bala, frente parlamentar que defende o armamento civil, que já havia conseguido derrubar o dispositivo na fase anterior de tramitação na Câmara. Da maneira como está, itens díspares como armas, munições, perfumes e roupas mantêm a alíquota padrão de imposto.

O projeto era uma das prioridades do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que encerra seu mandato à frente da casa legislativa ao final deste ano. Ao comentar a aprovação, ele afirmou que foi a "reforma possível".

Na visão de Pacheco, é "plenamente possível" que a matéria seja aprovada na Câmara antes do recesso parlamentar, marcado para 23 de dezembro. "Nós temos cinco dias úteis na semana que vem.

O presidente Arthur Lira me disse que está disposto a fazer sessão na segunda-feira. É plenamente possível submeter à apreciação e à votação na Câmara",

avaliou.

O projeto detalha regras para a cobrança dos três novos **impostos** sobre o consumo criados pela **reforma tributária**, promulgada em 2023. O texto sofreu uma série de alterações no Senado, ampliando a lista de exceções do novo Imposto Sobre Valor Agregado (IVA).

Eduardo Braga acatou total ou parcialmente 690 emendas, das mais de duas mil proposições de alterações. Seu parecer contempla pedidos de diversas áreas econômicas, como ampliação de benefícios ao setor imobiliário e redução tributária a serviços de saneamento, além de ajustes acordados com o governo federal.

Braga acatou novas emendas no plenário, entre elas, a inclusão de serviços funerários no regime diferenciado com desconto de 60% dos novos **impostos** criados pela reforma. Outra alteração foi a inclusão de uma emenda que garante a não incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais. Ele acrescentou ainda a atualização anual, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da alíquota específica do Imposto Seletivo aplicável a cigarros.

O PL foi o único partido a orientar contra o texto-base e, ainda assim, saiu com um bom saldo da reforma, com a aprovação da maioria das emendas sugeridas pelo partido. A tributação extra das armas uniu até mesmo o PT e o Partido Novo a favor do destaque, o que não foi capaz de reinserir o item no texto.

"Eu até sou favorável à posse contra o porte. Agora, o que nós estamos vendo aqui é uma situação em que, no Brasil, 40 mil pessoas morrem por arma de fogo; os índices de suicídio aumentando de forma exponencial também; muita migração de arma do cidadão de bem, que é o que vai pagar o imposto. acaba migrando para o crime", defendeu o senador Eduardo Girão (Novo-CE).

Proposta preservada

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou que o Ministério da Fazenda está satisfeito com o projeto, apesar das várias exceções incluídas no texto. Segundo Appy, a "espinha dorsal" está preservada.

"Como toda a etapa que tem na Câmara, no Senado,

nós sempre preferíamos que tivesse menos exceções. Mas nós sabemos que esse é o custo político para viabilizar a aprovação das várias etapas da **reforma tributária**", disse a jornalistas após a aprovação do texto pelo Senado. "Isso aconteceu em cada uma das etapas da emenda constitucional, em cada uma das etapas do projeto de lei complementar, mas o fundamental é que a espinha dorsal da **reforma tributária** está preservada e vai ser muito positiva para o Brasil", complementou.

Appy evitou estimar como ficará a alíquota geral com a inclusão das exceções no Senado. Ele afirmou que as equipes técnicas ainda estão fazendo cálculos e, em breve, serão divulgados.

Antes da votação, em discurso na quarta reunião do Conselho, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o Congresso tem condições de aprovar a regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo nas próximas semanas para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancione o projeto ainda neste ano.

#### Saneamento

Em relação a saneamento básico, as operadoras garantiram um desconto de 60% na alíquota padrão. O pedido de regime diferenciado foi apresentado pelo PL e prevê que os serviços de água e esgoto tenham tratamento tributário equiparado ao setor de saúde.

O pleito não havia sido contemplado pelo relator do projeto.

Atualmente, as empresas de saneamento pagam uma alíquota média de 9,25% sobre a receita bruta. No novo modelo, sem a redução, o tributo passaria para 26,5%. "O brasileiro que pisa no esgoto e ainda morre de doenças provocadas por água contaminada agradece à decisão do Senado", afirma Christianne Dias, diretora-executiva da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon).

A maior preocupação em relação à equiparação do saneamento com a saúde foi o peso na alíquota padrão. De acordo com o relator, as alterações prévias feitas no texto aumentaram em 0,13 ponto percentual na alíquota padrão, que será aplicada como regra a qualquer venda de produtos ou serviços. No entanto, a expectativa é de que o impacto apenas do setor de saneamento seja de 0,38 ponto percentual.

"Um dia muito relevante e importante para o Senado e para o Brasil. Longe de ser uma reforma perfeita, mas foi a reforma possível e uma boa **reforma tributária** no Brasil, depois de mais de três décadas de luta no

Congresso Nacional" Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso

"Sempre preferíamos que tivesse menos exceções, mas nós sabemos que esse é o custo político para viabilizar a aprovação das várias etapas da **reforma tributária**.

Isso aconteceu em cada uma das etapas da emenda constitucional, em cada uma das etapas do projeto de lei complementar, mas o fundamental é que a espinha dorsal da **reforma tributária** está preservada e vai ser muito positiva para o Brasil" Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária**

#### Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6741/13-12-2024.html?all=1>

# Projeto teve mais de duas mil emendas

Foi aprovado pelo Senado Federal, na tarde de ontem, o texto-base da regulamentação da **Reforma Tributária**. O projeto recebeu 49 votos favoráveis e 19 contrários.

A regulamentação da reforma trata das regras de incidência dos novos **impostos** sobre o consumo. Esses novos **impostos** são uma unificação de cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins), aprovados em emenda constitucional promulgada no fim do ano passado. A transição para o novo modelo será gradual, entre 2026 e 2033.

Os novos **impostos** são a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em nível federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de nível estadual/municipal. Além disso, haverá o Imposto Seletivo (IS), o chamado "imposto do pecado", que é uma sobretaxa aplicada sobre determinados produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Como passou por modificações, o projeto de lei complementar será analisado novamente pela Câmara. O projeto foi relatado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), que avaliou com sua equipe, consultores do Senado e área técnica do Ministério da Fazenda mais de duas mil emendas ao texto aprovado pelos deputados.

O seu relatório foi discutido e negociado ao longo dos últimos dias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) até chegar ao Plenário para sua última etapa de tramitação. A aprovação é considerada prioritária para o Governo Federal, que pretende promulgar o texto ainda neste ano, devido ao início das mudanças nos sistemas de cobranças de **impostos** e períodos de teste e transição.

CONTINUA NA PÁGINA 3 CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

ESTADÃO CONTEÚDO

Governo satisfeito com proposta aprovada

Secretário extraordinário da **reforma tributária** afirmou que o Ministério da Fazenda está satisfeito com o projeto, mas revela preocupação com as exceções previstas no texto

O secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, afirmou, ontem (12), que o Ministério da Fazenda está satisfeito com a aprovação pelo Senado

do projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária**. Apesar das várias exceções incluídas no texto, Appy disse que a "espinha dorsal" da proposta está preservada.

"Como toda a etapa que tem na Câmara, no Senado, nós sempre preferíamos que tivesse menos exceções. Mas nós sabemos que esse é o custo político para viabilizar a aprovação das várias etapas da **reforma tributária**. Isso aconteceu em cada uma das etapas da emenda constitucional, em cada uma das etapas do projeto de lei complementar. Mas o fundamental é que a espinha dorsal da **reforma tributária** está preservada e vai ser muito positiva para o Brasil", disse Appy a jornalistas após a aprovação do texto pelo Senado.

Alíquota

Bernard Appy evitou estimar como ficará a alíquota geral da reforma após a inclusão das exceções.

Segundo ele, as equipes técnicas ainda estão fazendo cálculos e, em breve, serão divulgados.

Ele apenas antecipou que o impacto da equiparação do regime especial de tributação do saneamento ao regime da saúde terá um impacto de 0,38 ponto porcentual na alíquota.

O secretário disse ainda que a Câmara está trabalhando para viabilizar a aprovação do texto ainda este ano, mas evitou entrar em detalhes. "Quem pode falar sobre o tempo da Câmara é a Câmara", emendou.

Como foram feitas modificações pelos senadores, o texto retornará à Câmara para nova apreciação dos deputados - o que deve ocorrer na próxima semana.

Site:

<https://edicaoimpresa.folhape.com.br/books/kiux/#p=1>